UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL (PROFIAP)

ERIC RENATO BRITO BORBA

# O DESEMPENHO NA GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL E A REELEIÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO

RECIFE

2025

ERIC RENATO BRITO BORBA

# O DESEMPENHO NA GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL E A REELEIÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional PROFIAP da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.
Orientadora: Prof.ª Dra. Maria Iraê de Souza Corrêa
Coorientadora: Prof.ª Dra. Angela Cristina Rocha de Souza

RECIFE

2025

**ESPAÇO RESERVADO PARA FICHA CATALOGRÁFICA**

**Biblioteca da UFRPE**

Eric Renato Brito Borba

**O DESEMPENHO NA GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL E A REELEIÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional PROFIAP da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Aprovada em: ___/____/____

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof.ª Dra. Maria Iraê de Souza Corrêa (Orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

_____
Prof.ª Dra. Angela Cristina Rocha de Souza (Co-orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

_____
Prof.ª Dra. Ionete Cavalcanti de Moraes (Examinadora interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

_____
Prof. Dr. Alexandre Wallace Ramos Pereira (Examinador interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

_____
Prof.ª Dra. Adriana Tenório Cordeiro (Examinadora externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a influência da governança pública municipal na reeleição dos prefeitos do Estado de Pernambuco. Parte-se do fortalecimento de marcos normativos relacionados a práticas de governança e da possível relação dessas práticas com os ciclos políticos, mais especificamente com a reeleição. Estudos sobre as relações entre os índices de governança e reeleição não apresentam um consenso. Assim, o estudo visa responder à seguinte questão: Qual é a influência do desempenho na governança pública municipal na reeleição dos prefeitos? Adotou-se o desenho quantitativo *ex-post facto*, com análise descritiva e regressões logísticas para dois ciclos eleitorais 2017–2020 e 2021–2024. Utilizaram-se dados do Índice de Governança Municipal do Conselho Federal de Administração (IGM-CFA do período de 2017 a 2024) e resultados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dos anos 2020 e 2024; a população da pesquisa abrangeu municípios cujos incumbentes concorreram à reeleição: 112 em 2020 e 87 em 2024. As variáveis principais foram as variações (Δ) do IGM-CFA e de cada dimensão (Finanças, Gestão e Desempenho) entre o primeiro e o último ano do mandato; controles: PIB per capita e população, em número de habitantes. Os resultados encontrados oferecem suporte parcial às hipóteses formuladas. Foi identificada influência estatisticamente significativa da variação do IGM-CFA no período de 2017 a 2020, com aumento expressivo (127,2%) na chance de reeleição dos prefeitos nos casos em que houve evolução positiva no índice ao longo do mandato. Esse efeito não se repetiu no ciclo 2021–2024. Quanto à variação das dimensões, os dados revelaram que a variação de Finanças exerceu influência positiva na reeleição de 2020, já no ciclo de 2021-2024, a análise dos dados não apresentou relação estatisticamente significativa. Conclui-se que a relação entre a variação positiva do IGM-CFA e a reeleição de prefeitos foi parcialmente confirmada, com evidência apenas no ciclo 2017–2020, e na dimensão Finanças. A análise sugere que o desempenho institucional, medido por esse índice, pode contribuir para a compreensão do fenômeno da reeleição, ainda que essa influência não se manifeste de forma uniforme entre os ciclos analisados. As contribuições incluem evidências sobre o vínculo entre governança municipal e desempenho eleitoral, a identificação do desempenho fiscal como possível vetor de competitividade política e a entrega de um produto técnico tecnológico (PTT) para apoiar gestores no monitoramento e melhoria da governança.



**Palavras-chave**: governança pública; reeleição; IGM-CFA; gestão municipal; Pernambuco.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the influence of municipal public governance on the reelection of mayors in the state of Pernambuco. It begins by strengthening regulatory frameworks related to governance practices and the potential relationship between these practices and political cycles, more specifically, with reelection. Studies on the relationship between governance indices and reelection lack consensus. Thus, the study aims to answer the following question: What is the influence of municipal public governance performance on the reelection of mayors? A quantitative ex-post facto design was employed, incorporating descriptive analysis and logistic regression for two electoral cycles: 2017–2020 and 2021–2024. Data from the Federal Council of Administration's Municipal Governance Index (IGM-CFA) for the period 2017–2024 and results from the Superior Electoral Court (TSE) for the years 2020 and 2024 were used. The study population consisted of municipalities whose incumbents ran for reelection, specifically 112 in 2020 and 87 in 2024. The main variables were the variations (Δ) in the IGM-CFA and each dimension (Finance, Management, and Performance) between the first and last years of the term. Controls included GDP per capita and population (in terms of the number of inhabitants). The results partially support the hypotheses. A statistically significant influence of the IGM-CFA variation was identified from 2017 to 2020, with a substantial increase (127.2%) in the likelihood of reelection for mayors in cases where the index showed a positive evolution throughout the term. This effect was not repeated in the 2021–2024 cycle. Regarding the variation in dimensions, the data revealed that the variation in Finance exerted a positive influence on the 2020 reelection. In contrast, in the 2021–2024 cycle, the data analysis did not reveal a statistically significant relationship. The conclusion is that the relationship between the positive variation in the IGM-CFA and mayoral reelection was partially confirmed, with evidence only in the 2017–2020 cycle and in the Finance dimension. The analysis suggests that institutional performance, measured by this index, can contribute to understanding the reelection phenomenon, although this influence is not uniform across the analyzed cycles. The contributions include evidence on the link between municipal governance and electoral performance, the identification of fiscal performance as a possible driver of political competitiveness, and the delivery of a technical and technological product (PTT) to support managers in monitoring and improving governance.



**Keywords**: public governance; reelection; IGM-CFA; municipal management; Pernambuco.

## LISTA DE QUADROS E TABELAS


Quadro 1 - Resumo das hipóteses..... 34

Tabela 1 - IGM-CFA e suas dimensões no primeiro ciclo eleitoral (2017/2020).... 43

Tabela 2 - IGM-CFA e suas dimensões no segundo ciclo eleitoral (2021/2024) ..... 44

Tabela 3 - Variação do IGM-CFA e suas dimensões no primeiro ciclo eleitoral (2017/2020)..... 46

Tabela 4 - Variação do IGM-CFA e suas dimensões no segundo ciclo eleitoral (2021/2024)..... 46

Tabela 5 - Relação entre a variação do IGM 2017-2020 e a probabilidade de reeleição..... 48

Tabela 6 - Relação entre a variação do IGM 2021-2024 e a probabilidade de reeleição..... 48

Tabela 7 - Relação entre a variação dimensões do IGM de 2017 a 2020 e a probabilidade de reeleição..... 49

Tabela 8 - Relação entre a variação dimensões do IGM de 2021 a 2024 e a probabilidade de reeleição..... 49

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Desempenho no IGM-CFA dos municípios dos prefeitos reeleitos 42

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| BSC | *Balanced Scorecard* |
| CCs | Cargos Comissionados |
| CFA | Conselho Federal de Administração |
| CEP | Comitês de Ética em Pesquisa |
| CGU | Controladoria-Geral da União |
| CRA | Conselho Regional de Administração |
| CONEP | Comissão Nacional de Ética em Pesquisa |
| CV | Coeficiente de Variação |
| DATASUS | Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDTRU | Índice de Desempenho das Transferências Discricionárias e Legais da União |
| IFGF | Índice FIRJAN de Gestão Fiscal |
| IGM | Índice de Governança Municipal |
| IGM-CFA | Índice de Governança Municipal do Conselho Federal de Administração |
| IGovP | Índice de Avaliação da Governança Pública |
| IGovP-M | Índice de Avaliação da Governança Pública Municipal |
| IGG | Índice Integrado de Governança e Gestão |
| iGovTI-TCE-PE | Índice de Governança e de Gestão de Tecnologia da Informação em Pernambuco (do TCE-PE) |
| LAI | Lei de Acesso à Informação |
| LIMPE | Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência (Matriz LIMPE) |
| LRF | Lei de Responsabilidade Fiscal |
| MP | Ministério do Planejamento |
| NPG | *New Public Governance* (Nova Governança Pública) |
| NPM | *New Public Management* (Nova Gestão Pública) |
| NPS | *New Public Service* (Novo Serviço Público) |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| PIB | Produto Interno Bruto |

| | |
|---|---|
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PROFIAP-UFRPE | Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – Universidade Federal Rural de Pernambuco |
| QACI | Questionário de Avaliação dos Controles Internos de Gestão |
| RGA | Revisão Geral Anual |
| STN | Secretaria do Tesouro Nacional |
| TCE-PE | Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| TSE | Tribunal Superior Eleitoral |
| UFRPE | Universidade Federal Rural de Pernambuco |
| WOS | *Web of Science* |

**SUMÁRIO**


**1 INTRODUÇÃO** ..... 12

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA ..... 13

1.2 OBJETIVOS ..... 15

**1.2.1 Objetivo geral** ..... **15**

**1.2.2 Objetivos específicos** ..... **16**

1.3 JUSTIFICATIVA ..... 16

**1.3.1 Justificativa teórica** ..... **16**

**1.3.2 Justificativa prática** ..... **17**

**2 REVISÃO DE LITERATURA** ..... 19

2.1 GOVERNANÇA PÚBLICA ..... 19

**2.1.1 Governança Pública Municipal** ..... **21**

2.2 ÍNDICE CFA DE GOVERNANÇA MUNICIPAL (IGM-CFA) ..... 23

2.3 CICLOS POLÍTICOS ..... 27

2.4 GOVERNANÇA E OS CICLOS POLÍTICOS ..... 30

2.5 FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES ..... 31

**3 METODOLOGIA** ..... 35

3.1 DEFINIÇÃO DE VARIÁVEIS E COLETA DE DADOS ..... 36

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA ..... 37

3.3 ANÁLISE DOS DADOS ..... 37

**3.3.1 Análise Descritiva** ..... **38**

**3.3.2 Análise de Regressão** ..... **38**

3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA ..... 39

3.5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS ..... 40

**4 RESULTADOS** ..... 41

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DO IGM-CFA E SUAS DIMENSÕES ..... 41

4.2 INFLUÊNCIA DO IGM NA REELEIÇÃO ..... 47
4.3 INFLUÊNCIA DAS DIMENSÕES DO IGM NA REELEIÇÃO ..... 48
**5 DISCUSSÃO** ..... 50
**6 CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 53
**REFERÊNCIAS** ..... 54

# 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil trilhou um caminho de fortalecimento das práticas voltadas ao controle e à melhoria da gestão pública. Esse processo, marcado pela implementação de leis e políticas públicas específicas, busca consolidar uma administração mais transparente, responsável e eficiente (Klein, 2010; Nakaguma; Bender, 2006; Vasconcelos; Ferreira Júnior; Nogueira Júnior, 2013). Nesse contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101/2000 (Brasil, 2000) – constitui um marco fundamental da governança pública ao estabelecer limites para o endividamento dos entes federativos e impor disciplina fiscal. Os instrumentos de gestão instituídos pela LRF, estruturados nos pilares de planejamento, transparência e controle, somados aos mecanismos de acesso à informação previstos na Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527/2011 (Brasil, 2011) – reforçam a governança pública ao assegurar o direito do cidadão de acompanhar e fiscalizar os atos administrativos.

A partir de dispositivos mais recentes, como a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 (Brasil, 2016) e o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 (Brasil, 2017), a adoção de práticas de governança pública passou a ser obrigatória para os entes da administração federal. Embora tais normas não se estendam de forma vinculante a estados e municípios, indicam uma tendência impulsionada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) (Brasil, 2023) e, mais recentemente, em Pernambuco, pelo Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE) (Pernambuco, 2023).

No âmbito municipal, ainda que não possua caráter normativo, destaca-se o Índice de Governança Municipal elaborado pelo Conselho Federal de Administração (IGM-CFA). Esse instrumento avalia a governança pública dos municípios brasileiros e estimula a adoção de boas práticas, a partir de três dimensões: Finanças, Gestão e Desempenho. Para sua composição, utiliza dados secundários de fontes como a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Atualizado anualmente, o IGM-CFA contempla áreas como saúde, educação, gestão fiscal, habitação, recursos humanos, saneamento e meio ambiente, transparência e segurança pública, possibilitando uma avaliação abrangente da administração pública municipal (CFA, 2023).

De maneira geral, as normas e os indicadores de desempenho de governança desempenham papel relevante na melhoria da tomada de decisões no âmbito municipal. Ao

fornecer informações precisas e confiáveis, permitem a correção de rumos, a otimização dos recursos e a maximização dos impactos positivos da gestão pública (Ramos; Schabbach, 2012). Além disso, funcionam como ferramentas de apoio ao cumprimento dos preceitos da LRF, que se propõe a controlar o endividamento e melhorar a qualidade do gasto público (Nakaguma; Bender, 2006), assegurando maior eficiência e sustentabilidade fiscal.

Nessa perspectiva, Strong (2023) argumenta que as normas de responsabilidade fiscal podem servir não apenas para garantir disciplina financeira – aspecto mensurado pelo IGM-CFA em sua dimensão Finanças – mas também para promover disciplina eleitoral, dificultando o uso da máquina administrativa para fins oportunistas. Esse fenômeno insere-se no campo dos ciclos políticos, que, segundo Downs (1957), parte do pressuposto de que governos democráticos agem de forma racional para maximizar seu desempenho político-eleitoral.

No contexto brasileiro, Nakaguma e Bender (2006) observam que a Emenda Constitucional nº 16/1997, conhecida como "emenda da reeleição", intensificou a ocorrência de ciclos políticos ao estimular manipulações fiscais e orçamentárias voltadas a aumentar as chances de permanência no cargo. Em linhas gerais, as teorias sobre ciclos políticos concentram-se tradicionalmente na manipulação de políticas financeiras e fiscais, bem como de indicadores como desemprego e inflação (Nordhaus, 1975; Persson; Tabellini, 2012; Hibbs, 1977; Alesina, 1987). Contudo, outras estratégias também podem ser utilizadas pelos incumbentes, como a implementação de boas práticas de governança (Rodrigues; Rodrigues, 2019; Oliveira, 2022).

Nesse cenário, emerge uma questão central: as medidas de aprimoramento da governança pública têm contribuído para que governantes sejam reconhecidos como gestores eficientes e, assim, aumentem suas chances de reeleição quando candidatos? Conforme Araújo Júnior, Cançado e Shikida (2005), a incerteza quanto à permanência no poder influencia as ações dos gestores, restando identificar quais fatores, de fato, determinam a probabilidade de continuidade no cargo.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A existência de ciclos políticos orientados pelo calendário eleitoral é amplamente corroborada pela literatura (Araújo Júnior; Cançado; Shikida, 2005; Klomp; Haan, 2016; Conconi *et al*., 2017; Englmaier; Stowasser, 2017; Bezerra Filho; Gondinho, 2021; Silva *et al*., 2023), com diversas pesquisas que analisam os fatores que influenciam tanto a ocorrência quanto a intensidade desses ciclos.

Um desses fatores, a governança, foi identificado em duas pesquisas realizadas no Brasil que discutem a relação entre a adoção de boas práticas de governança e a reeleição do incumbente, dentro da lógica dos ciclos políticos. Rodrigues e Rodrigues (2019) investigaram a relação entre a governança pública e a reeleição de prefeitos em Minas Gerais, com base nas eleições de 2016. Utilizando o IGM-CFA e modelos de regressão multivariada, o estudo testa duas hipóteses: (1) se a possibilidade de reeleição influencia prefeitos a adotarem boas práticas de governança e (2) se prefeitos que adotam essas práticas têm maior chance de reeleição. Os resultados mostram que a possibilidade de reeleição não influencia a adoção de boas práticas de governança, sugerindo que prefeitos em primeiro e segundo mandatos agem de forma semelhante, possivelmente devido a estruturas legais de governança como a Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, prefeitos que adotam boas práticas de governança tendem a ser reeleitos, indicando que os eleitores valorizam a boa gestão.

O trabalho de Oliveira (2022), por outro lado, investiga a relação entre o discurso anticorrupção, a governança municipal e as taxas de reeleição de prefeitos no Brasil. Analisando propostas de governo de 1.659 candidatos à reeleição em 2020 e utilizando o IGM-CFA, a pesquisa revela que 61,36% dos candidatos usaram o discurso anticorrupção, com uma taxa de reeleição de 59,82%, superior aos 55,69% daqueles que não o utilizaram. Candidatos de municípios com menor IGM foram mais propensos a adotar o discurso, sugerindo uma estratégia para compensar a má gestão, enquanto prefeitos de municípios com maior IGM tiveram maior chance de reeleição, especialmente quando o IGM melhorou durante o mandato. O estudo utilizou regressão logística para modelar a probabilidade de reeleição e o uso do discurso anticorrupção, considerando variáveis como o IGM médio do mandato e o desempenho no ano eleitoral. Os resultados indicaram que o IGM no ano eleitoral teve maior impacto na reeleição. O estudo conclui que, embora o discurso anticorrupção influencie o voto, um melhor desempenho na governança é importante para o sucesso eleitoral.

Mesmo diante da escassez de estudos relacionados ao tema, diversos autores já se debruçaram sobre a influência de fatores diretamente associados às práticas de governança mensuradas pelo IGM-CFA, tais como transparência (Viana; Caldas, 2018), ações voltadas ao bem-estar social, obras visíveis (Rocha; Araújo; Brunozi Júnior, 2021), gestão fiscal (Ó, 2019; Carvalho; Oliveira, 2018), qualidade da educação (Pieri, 2011) etc. Porém, nem todos os fatores relacionados à governança em nível municipal parecem impactar na reeleição. Como exemplo citamos o trabalho de Araújo, Neto e Lima (2020), no qual evidenciam inexistir influência da qualidade da educação na probabilidade de reeleição dos prefeitos do estado do Ceará nas

eleições de 2012, contrariando as conclusões de Pieri (2011), cujo estudo também foi voltado para os municípios do estado do Ceará.

Dessa forma, os estudos analisados não apresentam um consenso sobre a influência das práticas de governança nos ciclos políticos, mais especificamente no evento da reeleição. Assim, o estudo visa responder à seguinte questão: Qual é a influência do desempenho na governança pública municipal na reeleição dos prefeitos? Além disso, considerando-se que o IGM-CFA é composto por três dimensões (Finanças, Gestão e Desempenho), neste estudo também se busca identificar como essas dimensões influenciam na reeleição dos governantes municipais, aspecto esse não explorado nos trabalhos de Rodrigues e Rodrigues (2019) e Oliveira (2022).

Para realização desta pesquisa, foram analisados os dois últimos ciclos eleitorais municipais correspondentes aos anos 2017/2020 e 2021/2024, tendo o estado de Pernambuco como objeto de estudo. Esta escolha foi motivada por alguns fatores. Primeiramente, Pernambuco é o segundo maior colégio eleitoral da região Nordeste (TSE, 2023). Em segundo lugar, o estado possui significativa relevância econômica, apresentando o segundo maior Produto Interno Bruto - PIB da Região Nordeste (IBGE, 2019). Além disso, o TCE-PE tem desempenhado um papel pioneiro ao impulsionar práticas de governança pública nos municípios do estado, tendo desenvolvido em 2023 um índice próprio - Índice de Governança e de Gestão de Tecnologia da Informação em Pernambuco (iGovTI-TCE-PE) (Pernambuco, 2023).

Nesse contexto, esta pesquisa também representa uma contribuição do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PROFIAP-UFRPE) para a produção de conhecimento aplicado à realidade local, alinhando-se à missão do programa de qualificar profissionais para a melhoria da gestão pública e à promoção do desenvolvimento regional com base em evidências.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar a influência da governança pública municipal na reeleição dos prefeitos do Estado de Pernambuco.

### 1.2.2 Objetivos específicos

a. Analisar o desempenho do IGM-CFA e suas dimensões nos dois ciclos eleitorais 2017/2020 e 2021/2024.
b. Analisar a influência do desempenho no IGM - CFA na reeleição dos prefeitos do Estado de Pernambuco nos dois ciclos eleitorais 2017/2020 e 2021/2024.
c. Analisar a influência do desempenho das dimensões do IGM-CFA (Finanças, Gestão e Desempenho) na reeleição dos prefeitos do Estado de Pernambuco nos dois ciclos eleitorais 2017/2020 e 2021/2024.
d. Como Produto Técnico-Tecnológico, foi desenvolvida uma cartilha direcionada a gestores públicos municipais, com o objetivo de orientar sobre a governança municipal. O material apresenta a definição de governança, suas manifestações na prática administrativa, os principais indicadores associados e orientações para seu monitoramento contínuo.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Os tópicos a seguir apresentam as justificativas teóricas e práticas que embasam a realização desta pesquisa.

### 1.3.1 Justificativa teórica

A relação entre ciclos políticos e governança pública, especialmente no contexto da administração pública brasileira, ainda é pouco explorada. A revisão narrativa realizada entre março de 2024 e julho de 2025, nas bases Web of Science (WOS), Scopus e Capes Periódicos, a partir dos termos "*Political budget cycle*", "*Political business cycle*" e "*Cycle – re-election*", resultou inicialmente em 124 registros (54 na WOS, 47 na Scopus e 23 na Capes Periódicos). Após exclusão das duplicidades, foram consolidados 83 trabalhos, complementados por buscas exploratórias no Google Acadêmico.

Dentre as publicações analisadas, apenas três abordam de forma direta a influência da governança — ou de aspectos relacionados à governança — sobre a reeleição de incumbentes. Destes, somente dois se concentram especificamente na reeleição em nível municipal no Brasil:

- Rodrigues e Rodrigues (2019), que analisam a governança pública e as reeleições municipais em Minas Gerais, concluindo que prefeitos que adotam boas práticas de

governança tendem a ser reeleitos, reforçando a hipótese de que o eleitorado valoriza tais práticas.

- Oliveira (2022), que investiga a relação entre discurso anticorrupção, estruturas de governança e reeleição, associando maiores índices de governança municipal (IGM) a maior probabilidade de sucesso eleitoral.

O terceiro estudo identificado (Rocha; Araújo; Brunozi Júnior, 2021) avalia determinantes orçamentários, políticos e socioeconômicos da sucessão político-partidária em municípios brasileiros, mas não adota a governança como variável central, tratando-a apenas de forma indireta no conjunto de fatores que influenciam a reeleição.

Assim, constata-se uma lacuna relevante na literatura sobre a influência direta do desempenho em governança pública municipal — e, em especial, de suas dimensões Finanças, Gestão e Desempenho, conforme mensuradas pelo IGM-CFA — nos resultados eleitorais. Este estudo busca contribuir para o preenchimento dessa lacuna, ampliando o entendimento sobre como a qualidade da governança local pode se refletir na reeleição do incumbente e, consequentemente, nos ciclos políticos municipais no Brasil.

### 1.3.2 Justificativa prática

A relevância prática do trabalho abrange aspectos da administração pública, governança municipal e dinâmica eleitoral. Seus resultados podem orientar prefeitos a implementar medidas de governança que contribuam para a melhoria de sua gestão, mas também podem indicar que tais medidas, embora relevantes para a qualidade administrativa, não apresentam relação estatisticamente significativa com a probabilidade de reeleição. Ao considerar que práticas de governança podem ou não influenciar resultados eleitorais, o estudo contribui para esclarecer percepções equivocadas e desincentivar práticas oportunistas e populistas de incumbentes que visam apenas ganhos imediatos, de modo a estender seus ciclos políticos.

Desse modo, prefeitos podem ser motivados a focar em ações de longo prazo, que realmente beneficiem a população e fortaleçam a administração pública, independentemente de seu impacto eleitoral imediato. Isso é particularmente relevante porque o IGM-CFA é avaliado com base em um conjunto de variáveis socioeconômicas que sinalizam áreas críticas para a gestão municipal, como saúde, educação, saneamento, infraestrutura, entre outras.

Os *insights* gerados pelo trabalho podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem a adoção de práticas de governança em todos os níveis de governo, mesmo em contextos nos quais tais práticas não se traduzam diretamente em vantagem eleitoral.

Formuladores de políticas podem usar essas informações para criar incentivos e mecanismos de suporte que promovam uma administração pública mais eficiente e responsável. A análise das dimensões do IGM-CFA (Finanças, Gestão e Desempenho) fornece uma avaliação detalhada do desempenho municipal, auxiliando na identificação de áreas de melhoria e na promoção de práticas administrativas mais eficazes.

Em síntese, a relevância prática do estudo reside em sua capacidade de informar e orientar ações de gestores públicos, formuladores de políticas e acadêmicos, promovendo uma governança municipal mais transparente, eficiente e responsável, com impactos positivos para a gestão pública, independentemente de seus efeitos sobre a reeleição.

# 2 REVISÃO DE LITERATURA

## 2.1 GOVERNANÇA PÚBLICA

O interesse moderno em governança tem raízes diversas, destacando-se o movimento de "governança corporativa". Este movimento, que surgiu no final dos anos 1980, foi impulsionado por preocupações com o comportamento de grandes corporações transnacionais fora do controle de acionistas e reguladores (Bovaird, 2005). Nos anos 1990, escândalos corporativos reforçaram essas preocupações, levando à criação de comissões que formularam recomendações para fortalecer a governança corporativa, como o Relatório Cadbury (1992) no Reino Unido, o Relatório Dey (1994) no Canadá, o Relatório AFG-ASFFI (1999) na França e o Painel Alemão sobre Governança Corporativa (2000).

No que diz respeito ao setor público, com a crise da administração tradicional burocrática, bem como as críticas ao chamado "*Welfare State*", impulsionadas por ideias neoliberais de diminuição do papel do Estado; novos modelos de administração pública começam a emergir (Pereira; Correia, 2020). Em meados dos anos 1980 diversos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE caminharam em direção à Nova Gestão Pública (NPM, do inglês *New Public Management*) (Hood, 1995).

A NPM, inspirada na governança corporativa, propôs uma abordagem diminuindo as diferenças entre os setores público e privado, enfatizando a responsabilidade pelos resultados em vez de processos; ao passo que a contabilidade se tornou um elemento chave, refletindo maior confiança no mercado e nos métodos empresariais privados (Hood, 1995; Pereira; Correia, 2020). Apesar de amplamente adotado, o modelo também enfrentou críticas. Maia e Correia (2022) argumentam que aplicar um modelo de mercado a serviços públicos, como saúde e segurança, compromete a ética do serviço, degrada as instituições e prejudica a cidadania. Pollitt (1990) *apud* Maia; Correia (2022) acrescenta que a ênfase nos três E's (economia, eficiência e eficácia) do modelo de NPM mina outros valores importantes, como justiça e participação cidadã. No Brasil, de modo geral, essas reformas foram adotadas pelas ações de Bresser-Pereira durante o governo Fernando Henrique Cardoso (Pereira, 2014).

Considerando a problemática em torno do NPM, o modelo denominado New Public Service (NPS) surge nos anos 1990 com o propósito de integrar os aspectos positivos tanto do modelo burocrático quanto do NPM, evitando assim uma ruptura institucional (Denhardt; Denhardt, 2000, 2003). Esses autores destacam ainda que o modelo é orientado para servir os

cidadãos, promover o interesse público e valorizar a cidadania, além de enfatizar a participação cidadã, a ética na administração pública e o compromisso com a justiça social e a equidade.

Nos anos 2000, o modelo New Public Governance (NPG) surge buscando uma administração colaborativa e participativa, envolvendo múltiplos *stakeholders* na tomada de decisões (Ansell; Gash, 2008). Diferente do NPM, o NPG enfatiza cooperação, parceria e envolvimento de diversos atores, com foco na qualidade do serviço público acima da eficiência (De Vries; Nemec, 2013). A NPG é fundamentada na Teoria das Redes e vê o Estado como uma entidade plural e democrática, menos centrado na competitividade (Oehr; Zimmerman, 2012).

Alguns autores, a propósito, equiparam o NPG aos termos “Governança Pública” ou “boa governança pública” (Matias-Pereira, 2023), sendo esta a perspectiva de governança pública adotada neste trabalho. Para o autor, trata-se de modelo de gestão orientado por princípios democráticos e éticos, que busca promover a transparência, a participação social, a integridade, a *accountability* e a eficácia na formulação e implementação das políticas públicas. Inspirada por teorias como a democracia deliberativa e a coprodução do valor público, essa governança envolve múltiplos atores — governo, sociedade civil, setor privado e terceiro setor — atuando em redes colaborativas para enfrentar problemas públicos complexos. O autor equipara os termos "governança pública", "boa governança pública" e "nova governança pública" ao defender que a verdadeira governança, para ser legítima e eficaz, deve ser inclusiva, responsiva e comprometida com o interesse público e o bem-estar coletivo (Matias-Pereira, 2023).

Nesse contexto, o conceito de governança pública surge como uma resposta à inadequação de aplicar diretamente teorias e técnicas de administração empresarial ao setor público (Edwards *et al*., 2012). Diferente da gestão pública tradicional, influenciada por termos como NPM e "gerencialismo", a governança pública reconhece as diferenças fundamentais entre os setores privado e público. Enquanto a administração privada foca em eficácia e eficiência, a governança pública deve considerar valores como legalidade, legitimidade, justiça social e igualdade de direitos (Kickert, 1997). Assim, a governança pública amplia o conceito de gestão para incluir as relações externas entre organizações públicas e seu ambiente sociopolítico, promovendo uma abordagem colaborativa e em rede para a formulação e implementação de políticas públicas (Kickert, 1997).

### 2.1.1 Governança Pública Municipal

Embora a governança pública pressuponha a interação de múltiplos *stakeholders* no processo de formulação e implementação de políticas públicas, mantém-se a capacidade e responsabilidade do Estado de intervir e coordenar essas relações para alcançar objetivos políticos (Bell; Hindmoor, 2009; Secchi, 2009; Bell; Hindmoor; Mols, 2010). Acontece que, dado o atual pacto federativo estabelecido pela Constituição Federal de 1988, com a descentralização do poder público, cabe ao Município a execução de uma ampla gama de atribuições e serviços públicos (Demarco, 2021), ao passo que essa mesma divisão expõe diversas dificuldades enfrentadas na esfera municipal de governo, tais como questões financeiras, econômicas, sociais, ambientais, culturais, político-competitivas e de planejamento (Rezende; Guagliard, 2008).

Nesse ambiente de fragilidades, os estudos relacionados à governança municipal se concentram, em grande medida, no problema da mensuração de sua qualidade com a proposição de índices e arranjos (*frameworks*) de análise, em geral baseados nos princípios da governança pública consolidados na literatura. A avaliação da qualidade da governança municipal é relevante, tendo em vista que possui implicações práticas como a influência positiva sobre o bem-estar da população (Cárcaba; Arrondo; González, 2022), além de estar diretamente relacionada a uma gestão pública municipal eficaz (Teles, 2022).

A propósito, Cruz e Marques (2011) propõem um Indicador de Governança Municipal para avaliar a qualidade da governança nos municípios portugueses, baseado nos indicadores do Banco Mundial. O índice cobre seis dimensões: participação, estabilidade política, eficácia, qualidade regulatória, estado de direito e controle da corrupção. Ele usa descritores específicos para cada dimensão, calculando indicadores parciais e um indicador global. A proposta permite comparações entre municípios e, ao longo do tempo, visa incentivar boas práticas e promover a responsabilidade dos executivos municipais.

Oliveira e Pisa (2015) apresentam substancial contribuição para o tema com a proposição do Índice de Avaliação da Governança Pública (IGovP), criado para avaliar o grau de governança dos entes federativos no Brasil, baseando-se em cinco princípios fundamentais da governança pública: efetividade, transparência e *accountability*, participação, equidade e legalidade/ética/integridade. Cada um desses princípios é representado por um indicador, que por sua vez é composto por variáveis específicas obtidas de institutos de pesquisa e organizações referenciais. O índice permite comparar estados, Distrito Federal e União, além

de categorizar grandes regiões geográficas do Brasil com base na qualidade da governança praticada. Os resultados do estudo concluem ainda que o IGovP revela que nenhum ente federativo obteve grau muito baixo de governança (pontuações inferiores a 0,5000) ou grau muito alto (pontuações superiores a 0,8000), refletindo a complexidade e os desafios enfrentados na implementação de políticas públicas eficazes e transparentes em nível nacional.

Ramos e Vieira (2015) propõem a criação de índice denominado Matriz LIMPE (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), o qual visa avaliar a governança municipal centrada nos princípios da governança corporativa, combinando categorias de análise do LIMPE com perspectivas do *Balanced Scorecard* (BSC). Já Silva, Borba e Miranda (2020), apresentam modelo de avaliação da governança municipal a partir da seleção de 43 variáveis distribuídas em seis dimensões (equidade, *accountability*, transparência, políticas de controle, estruturas de controle e materialidade), com base em modelos de indicadores de governança e na estrutura da Controladoria-Geral da União (CGU), com foco nas práticas de controle interno e gestão de riscos.

Por sua vez, Silva e Cândido (2023) apresentam o Índice de Avaliação da Governança Pública Municipal (IGovP-M) para avaliar a governança nos municípios brasileiros, com base em uma revisão integrativa da literatura e uma metodologia de aplicação que inclui a identificação de 18 indicadores que compõem 10 dimensões e 5 pilares do IGovP-M. Custódio e Martins (2024, p. 1) propõem a adaptação de "um modelo de governança municipal, visando o monitoramento dos ODS[1] em municípios, a partir de indicadores que oferecem uma análise das potencialidades e fragilidades da estrutura e contexto local".

A literatura também demonstra um significativo interesse em estudos que exploram tanto o impacto da governança em alguns aspectos da administração pública municipal quanto a influência desses aspectos na qualidade da governança. Os estudos sobre governança municipal revelam uma forte influência entre boas práticas de gestão e resultados positivos em governança eletrônica e fiscal, com destaque para o impacto de variáveis como PIB per capita, controle interno e a qualificação dos cargos comissionados (Cichoski; Sehn; Mello, 2019; Silva *et al*., 2020; Cardoso; Marenco, 2020; Kinzler; Mello, 2023). Pesquisas também indicam que a escolaridade e experiência dos prefeitos impactam a governança, ressaltando ainda a importância da diversidade de gênero na política (Guimarães; Soares; Souza, 2022). Além disso, a boa governança se mostra essencial para a eficiência na gestão de recursos federais

[1] Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

pelos municípios, apesar de não ser amplamente discutida na legislação (Teles, 2022; Pinto; Silva; Cruz, 2021).

No próximo tópico discorremos sobre o uso de índices no âmbito da administração pública, e de forma mais específica sobre o IGM-CFA, sua finalidade, estrutura e aplicações teóricas e práticas.

## 2.2 ÍNDICE CFA DE GOVERNANÇA MUNICIPAL (IGM-CFA)

O uso de indicadores na avaliação de políticas públicas é reconhecidamente útil pela literatura, na medida em que consiste em uma medida quantitativa com significado social substantivo, usada para quantificar conceitos sociais abstratos de interesse teórico (acadêmico), programático (formulação de políticas públicas) e diagnóstico (monitoramento de políticas públicas) (Jannuzzi, 2002; Demarco, 2021); permitindo análise comparativa e temporal (Demarco, 2021). Todavia, um dos principais problemas relacionados ao uso de indicadores diz respeito justamente à "utilização de um só número para dar conta de fenômenos multidimensionais em unidades territoriais continentais marcadas por severas desigualdades socioeconômicas tanto entre regiões quanto entre grupos populacionais" (Guimarães; Jannuzzi, 2005, p. 88).

Segundo Jannuzzi (2005), a existência de um sistema abrangente de indicadores sociais relevantes, válidos e confiáveis pode aumentar significativamente as chances de sucesso na formulação e implementação de políticas públicas, considerando que esses indicadores permitem diagnósticos sociais, monitoramento de ações e avaliações de resultados mais abrangentes e bem fundamentados. No entanto, não se deve exagerar a importância desses sistemas, pois a formulação e implementação de políticas públicas não dependem exclusivamente da qualidade das informações, mas também de fatores humanos, além, é claro, das limitações inerentes ao uso de indicadores (Jannuzzi, 2005).

Destacam-se ainda as questões relacionadas à legitimidade do uso de indicadores no âmbito da administração pública. Primeiramente, eles aumentam a visibilidade e a frequência das questões na mídia, facilitando a síntese jornalística; ajudam movimentos sociais e ONGs a monitorarem programas públicos, conferindo-lhes legitimidade social. Além disso, quando criados com a participação de gestores públicos e legisladores, esses indicadores ganham legitimidade política, sendo reconhecidos como instrumentos úteis e confiáveis para a tomada de decisões. Outro aspecto é que quando os indicadores apontam consistentemente para determinadas iniquidades, demonstram eficácia, garantindo assim sua aceitação técnica. Para a

obtenção de financiamento de agências nacionais e internacionais de fomento à pesquisa, o uso de indicadores atesta a credibilidade científica dos projetos; e por fim, esses indicadores ajudam a garantir o espaço institucional das instituições de estatística e planejamento (Jannuzzi, 2005).

Nesse contexto, o IGM-CFA foi lançado pelo Conselho Federal de Administração (CFA) em 2016 com o objetivo de auxiliar gestores públicos a identificarem áreas de melhoria em seus municípios e promover uma gestão eficiente (CFA, 2023). Motivado pela crise política e econômica no Brasil, causada por falta de planejamento, desperdício de dinheiro público, gastos desenfreados e corrupção, o índice busca expandir o debate sobre a importância da gestão na promoção do desenvolvimento municipal através da governança pública (Possetti; Palkoski Filho; Gasques, 2018; Demarco, 2021).

Pautado nesses objetivos, o IGM-CFA se baseia na análise de dados consolidados de diversas fontes públicas, como STN, IBGE, PNUD e DATASUS e sua criação envolveu a seleção de 60 variáveis, altamente correlacionadas com a qualidade da gestão pública municipal, agrupadas em três dimensões principais: Finanças, Gestão e Desempenho (Demarco, 2021; Bittencourt; Silva; Cruz, 2021; CFA, 2023). A média das variáveis gera os indicadores, cujas médias formam as dimensões, e a média destas dimensões resulta na nota geral do IGM-CFA (Demarco, 2021; CFA, 2023).

O índice foi desenvolvido em sete etapas principais: seleção de indicadores, extração de dados, definição de grupos, estabelecimento de metas, verificação de *outliers*, cálculo das notas,cálculo dos indicadores, dimensões e nota geral (Demarco, 2021; CFA, 2023). Os indicadores e variáveis foram determinados através de análises estatísticas e bibliográficas; os dados foram extraídos de bases secundárias e tratados para limpeza e correlação; os grupos foram definidos com base na população e no PIB *per capita*; as metas foram estabelecidas com base em decis específicos; *outliers* foram identificados e ajustados para minimizar distorções; e a nota final foi calculada com base na distância dos resultados municipais em relação às metas (Demarco, 2021; CFA, 2023).

O IGM-CFA está disponível *online*, permitindo acesso a *rankings* de municípios, análises comparativas dos últimos três anos e detalhes de desempenho financeiro e de gestão (Demarco, 2021; CFA, 2023). Além disso, há um ambiente restrito para registrados nos Conselhos Regionais de Administração (CRAs), com informações adicionais, painéis interativos, simulador de desempenho, biblioteca técnica e cursos de capacitação para gestão pública (Demarco, 2021; CFA, 2023).

Sobre o suporte teórico do IGM-CFA, duas abordagens se mostram relevantes: a prescritivo-formal e a analítica. A primeira, prescritivo-formal ou "boa governança", é

caracterizada por uma visão normativa e prescritiva, focada na disseminação de "boas práticas" de governança; abordagem essa estimulada pelo TCU, a exemplo do Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG) (Cavalcante; Pires, 2018). Também é associada a organismos multilaterais como o Banco Mundial, ao enfatizar a adoção de modelos e princípios padronizados de governança, como conselhos de administração, transparência, *accountability* e controle burocrático (Cavalcante; Pires, 2018).

Ainda sobre a abordagem prescritivo-formal, como discutida por Cavalcante e Pires (2018), possui características alinhadas aos princípios e práticas da NPM, que emergiu como uma resposta à administração burocrática tradicional e buscou modernizar a gestão pública por meio da introdução de métodos e valores do setor privado, notoriamente a eficiência (Hood, 1995; Pereira; Correia, 2020).

Acontece que os principais pilares da NPM – eficiência, orientação para resultados, prestação de contas e ênfase no desempenho (Pereira; Correia, 2020) – também são elementos centrais na abordagem prescritivo-formal, do ponto de vista da imposição de um “dever-ser” às diferentes realidades, independentemente de suas particularidades contextuais. Exemplo notório, como citado, é o Banco Mundial, claramente alinhado à NPM e suas raízes neoliberais (Fornasier; Franklin, 2019), o qual adota abordagem prescritivo-formal da governança pública através do *Worldwide Governance Indicators* (Cavalcante; Pires, 2018).

A segunda abordagem, denominada abordagem analítica, entende a governança como uma perspectiva que busca compreender os arranjos institucionais e as dinâmicas relacionais entre atores estatais e não estatais, enfatizando a construção de capacidades de ação governamental, a adaptação a contextos específicos e a importância de processos interinstitucionais e intersetoriais (Cavalcante; Pires, 2018).

O IGM-CFA, por seu turno, pode ser analisado à luz dessas duas abordagens, embora pareça estar predominantemente alinhado à abordagem prescritivo-formal, em alguns elementos se aproxima da abordagem analítica. O IGM-CFA foi criado com o objetivo de avaliar e melhorar a governança municipal, utilizando indicadores quantitativos baseados em variáveis relacionadas a finanças, gestão e desempenho. Essa estrutura sugere uma visão normativa, em que a governança é medida por meio de padrões predefinidos e comparativos. O índice busca induzir mudanças de comportamento nos gestores públicos, incentivando a adoção de práticas consideradas eficientes e eficazes. Isso reflete a lógica da "boa governança", que pressupõe que a adoção de determinados mecanismos (como transparência, controle e eficiência) levará a melhores resultados (Cavalcante; Pires, 2018).

O IGM-CFA também incorpora elementos da abordagem analítica. Por exemplo, a seleção de variáveis e a construção do índice consideram dimensões da governança (finanças, gestão e desempenho), o que sugere uma tentativa de capturar a complexidade do fenômeno. Além disso, o índice permite análises comparativas e temporais, o que pode ser útil para identificar padrões e tendências na governança municipal. Isso se alinha à ideia de usar a governança como ferramenta analítica para compreender e intervir na gestão pública (Cavalcante; Pires, 2018). A disponibilização de dados e ferramentas *online* (como painéis interativos e simuladores) também pode facilitar a reflexão estratégica por parte dos gestores públicos, permitindo que adaptem práticas de governança às suas realidades locais.

Por outro lado, na literatura acadêmica recente, alguns estudos têm utilizado o IGM-CFA como variável explicativa ou como foco principal de análise, destacando sua relevância em diferentes contextos e dimensões da administração pública. Em sua pesquisa, Cichoski, Sehn e Mello (2019) investigaram a influência da governança municipal no nível de governança eletrônica nos municípios do oeste paranaense. Utilizando o IGM-CFA como variável explicativa, o estudo se baseou na metodologia de Mello e Slomski (2012) para avaliar o índice de governança eletrônica. Os autores concluíram que a governança municipal, medida pelo IGM-CFA, tem um impacto significativo na adoção e eficácia da governança eletrônica, sugerindo que melhores práticas de governança municipal podem facilitar a implementação de tecnologias de informação e comunicação nos serviços públicos.

Silva *et al.* (2020) focaram em analisar fatores que explicam a gestão fiscal nos municípios brasileiros, utilizando o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) como *proxy*. Os resultados mostraram que variáveis como PIB *per capita*, o IGM-CFA e a localização dos municípios foram significativas para explicar a gestão fiscal. Este estudo destaca a importância do IGM-CFA como um indicador relevante para a compreensão e melhoria da gestão fiscal municipal, sugerindo que uma boa governança pode levar a uma gestão fiscal mais eficiente.

Cardoso e Marenco (2020) investigaram a politização da burocracia pública, focando na composição dos cargos comissionados (CCs) em nível municipal. A pesquisa revelou que municípios com CCs mais capacitados e em maior quantidade proporcional tendem a ter melhor desempenho econômico (PIB *per capita*), mas pior desempenho no IGM-CFA. Este achado sugere uma complexa relação entre a politização da burocracia e a governança municipal, onde a capacitação dos CCs pode não se traduzir diretamente em melhores índices de governança.

Teles (2022) concluiu que melhorias nos indicadores de governança (IGM-CFA e Índice de Desempenho das Transferências Discricionárias e Legais da União (IDTRU)) aumentam a eficiência na gestão dos recursos federais nos municípios brasileiros. O estudo mostrou uma

relação direta entre boa governança e gestão pública eficaz, destacando a importância da adoção de boas práticas de governança recomendadas por organismos internacionais e pelo TCU para a execução eficiente de obras e ações municipais.

Guimarães, Soares e Souza (2022) exploraram a relação entre a escolaridade e experiência dos prefeitos brasileiros e o IGM-CFA, fundamentados na Teoria do Capital Humano. Os achados confirmaram que tanto a escolaridade quanto a experiência dos gestores influenciam positivamente a governança pública municipal. O estudo também destacou a predominância masculina entre os gestores e a necessidade de maior inclusão feminina na política, sugerindo que a diversidade de gênero pode contribuir para melhorias na governança.

Kinzler e Mello (2023) concluíram que o controle interno exerce uma influência significativa na governança pública municipal, particularmente refletida nos resultados do IGM-CFA. Variáveis como Atividade de Monitoramento, Ambiente de Controle, Questionário de Avaliação dos Controles Internos de Gestão (QACI) e Avaliação de Riscos mostraram influência positiva com melhorias nos índices municipais de governança. Este estudo sugere que práticas robustas de controle interno são essenciais para alcançar altos padrões de governança municipal.

O IGM-CFA, portanto, tem se destacado como uma ferramenta utilizada para avaliar a governança municipal no Brasil, analisando aspectos relacionados à eficiência, eficácia e efetividade das gestões públicas locais (Cichoski; Sehn; Mello, 2019; Silva *et al*., 2020; Cardoso; Marenco, 2020; Teles, 2022; Guimarães; Soares; Souza, 2022; Kinzler; Mello, 2023). Os estudos revisados indicam que o IGM-CFA, ao reunir variáveis associadas à governança pública, contribui para uma compreensão mais aprofundada das práticas administrativas nos municípios.

Ademais, ao adotar uma abordagem predominantemente prescritivo-formal, alinhada aos princípios da NPM, o IGM-CFA enfatiza a importância da eficiência, transparência e *accountability* como pilares para a "boa governança". No entanto, ao incorporar elementos analíticos, como a consideração de dimensões multidimensionais, o índice também reconhece a complexidade e a diversidade das realidades municipais no Brasil, embora dentro de suas limitações.

## 2.3 CICLOS POLÍTICOS

As teorias dos Ciclos Políticos examinam como as motivações eleitorais influenciam as políticas econômicas e as decisões dos governantes. A premissa central dessas teorias é que os

políticos, visando maximizar suas chances de reeleição, ajustam suas políticas econômicas e fiscais de maneira a conquistar a aprovação dos eleitores, especialmente em períodos próximos às eleições. Nesse sentido, diversos estudos empíricos evidenciam a existência dos ciclos políticos em todas as esferas de governo (Veiga; Veiga, 2007a, 2007b; Klomp; de Hann, 2013).

A teoria dos ciclos políticos começou com a contribuição seminal de Nordhaus (1975). O autor propôs que políticos incumbentes manipulam a economia para obter vantagem eleitoral e se manterem no poder, utilizando políticas monetárias e fiscais expansionistas para criar um boom pré-eleitoral que reduz a taxa de desemprego. Este modelo assume que os eleitores formam suas expectativas de maneira adaptativa, baseando-se no que observaram num passado recente. Assim, os eleitores não antecipam os estímulos pré-eleitorais e suas consequências inflacionárias, que só se manifestam após as eleições, quando a política muda para uma postura mais contracionista (Veiga; Veiga, 2007b).

No entanto, essa teoria foi criticada e perdeu força com a ascensão das expectativas racionais na literatura, que considera improvável que os eleitores sejam enganados repetidamente em ciclos eleitorais sucessivos. Conforme Drazen (2000), o modelo proposto por Nordhaus depende do comportamento irracional dos eleitores, na medida em que pressupõe que eles formam expectativas de maneira adaptativa, sem considerar políticas futuras, o que implica que eles são ingênuos e podem ser repetidamente enganados por políticos oportunistas (Drazen, 2000; Alesina, Roubini, 1992).

Diante disso, Rogoff e Sibert (1988) reformularam a teoria dos ciclos políticos para um contexto de expectativas racionais, eliminando a necessidade de erros sistemáticos nas expectativas dos eleitores. A teoria desses autores se baseia na informação assimétrica, onde os eleitores têm expectativas racionais, mas não têm certeza sobre a "competência" dos políticos. Nesse modelo, os políticos competentes e incompetentes diferem na disposição de gastar, pois o gasto tem diferentes consequências para o déficit pós-eleitoral. Antes das eleições, os políticos aumentam os gastos para sinalizar competência aos eleitores, resultando em um ciclo político econômico nos gastos (Mink; Haan, 2005)

Posteriormente, Rogoff (1990) desenvolveu um modelo onde os políticos manipulam estrategicamente a composição das despesas em anos pré-eleitorais, favorecendo itens mais visíveis ao eleitorado. A teoria sugere que os políticos aumentam os gastos em itens altamente visíveis, como infraestrutura, para sinalizar competência, enquanto mantêm ou reduzem os gastos em itens menos visíveis. Essa manipulação estratégica permite que os políticos maximizem o impacto eleitoral de suas ações, utilizando os recursos públicos de maneira a influenciar a percepção dos eleitores sobre sua competência e eficácia (Mink; Haan, 2005).

Tanto o modelo proposto por Rogoff e Sibert (1988) quanto o modelo de Rogoff (1990) sofrem críticas. Embora prevejam que governos incumbentes manipulam políticas fiscais e despesas antes das eleições, algumas implicações desses modelos parecem estar em desacordo com as evidências empíricas; visto que sugerem que apenas os políticos competentes distorceriam a economia, e somente esses seriam reeleitos (Shi; Svensson, 2003).

O modelo de Persson e Tabellini, desenvolvido em 1990 (Persson; Tabellini, 2012), propõe que eleitores racionais e com preferências homogêneas escolham governantes baseados em sua competência. Governantes competentes, ainda segundo o modelo, promovem maior crescimento econômico e menor desemprego sem elevar a inflação, utilizando a política monetária. Os autores propõem que os eleitores avaliam o desempenho passado e formam expectativas para o futuro, mas só compreendem plenamente os efeitos das políticas com atraso (assimetria de informação), resultando em escolhas baseadas no crescimento observado e na expectativa de inflação, o que pode levar a uma inflação maior no ano eleitoral (Alt; Lassen, 2005).

Dessa forma, o modelo pressupõe diferentes graus de competência entre governos e maior informação do governo sobre sua própria competência; assim, os governos sinalizam sua competência manipulando políticas pré-eleitorais (Alesina; Cohen; Roubini, 1993; Alt; Lassen, 2005). O modelo reflete, portanto, a ideia de que a inflação responde com atraso ao ciclo de crescimento econômico, ou seja, os políticos se aproveitam dessa assimetria informacional para parecerem competentes antes das eleições (Alesina; Roubini, 1992).

Outra corrente importante acerca de ciclos políticos é a partidária. O primeiro modelo de ciclos políticos partidários foi proposto por Hibbs (1977) e parte da observação de que partidos de direita e de esquerda têm posições diferentes sobre questões econômicas e, portanto, objetivos macroeconômicos distintos, especificamente com relação a inflação e desemprego.

A Teoria Partidária de Hibbs (1977), analisa como as políticas macroeconômicas são moldadas pelas ideologias e bases eleitorais dos partidos políticos. O autor argumenta que os partidos buscam não apenas vencer eleições, mas também implementar políticas que beneficiem seus principais eleitores. Ele identifica que as classes trabalhadoras, base dos partidos de esquerda, preferem políticas que promovam alta atividade econômica e baixo desemprego, enquanto os partidos de direita, que representam grupos de alta renda, focam no controle da inflação, mesmo que isso resulte em menor crescimento econômico e maior desemprego.

A teoria sugere que governos de esquerda adotam políticas mais expansionistas, resultando em maior crescimento econômico e inflação, e menor desemprego, em comparação

com governos de direita, que são mais cautelosos em estimular a demanda agregada. Hibbs observa que, embora existam preferências ideológicas, todos os governos ajustam suas políticas conforme as condições econômicas mudam, respondendo a altas taxas de inflação com políticas contracionistas e a recessões com políticas expansionistas. Uma crítica básica ao modelo original de Hibbs é a mesma aplicada ao modelo de Nordhaus: ele depende de expectativas equivocadas sobre o que a política será para obter efeitos reais (Drazen, 2000).

Por fim, o modelo partidário-racional de Alesina (1987) introduz expectativas racionais em um contexto de política monetária, respondendo às críticas aos modelos baseados em uma curva de Phillips (Nordhaus, 1975; Hibbs, 1977). No modelo de Alesina (1987), apenas a inflação surpresa afeta o produto, e os formuladores de políticas são puramente partidários, sem motivos oportunistas. O autor assume que as eleições ocorrem a cada dois períodos e que a inflação esperada é formada antes das eleições, dependendo da probabilidade de vitória de cada partido: se o partido de esquerda vence, há uma surpresa inflacionária positiva, reduzindo o desemprego; se o partido de direita vence, ocorre o oposto; na segunda metade do mandato, não há flutuações na atividade econômica, pois a identidade do partido no poder já é conhecida (Alesina, 1987; Hibbs, 1992).

A versão "estrita" do modelo partidário-racional, que argumenta que apenas políticas nominais inesperadas afetam a economia real, foi abandonada por Alesina e Roubini (1992), que reconheceram que políticas de demanda agregada, esperadas ou inesperadas, podem ter efeitos reais com atrasos longos e variáveis.

Embora existam diferentes modelos de ciclos políticos, os abordados neste capítulo são amplamente estudados e discutidos na literatura. Esses modelos fornecem uma base sólida para compreender como as motivações eleitorais podem influenciar as decisões dos governantes.

## 2.4 GOVERNANÇA E OS CICLOS POLÍTICOS

A sucessão dos modelos de governança pública reflete uma busca contínua por maior eficiência, transparência e participação cidadã (Denhardt; Denhardt, 2000, 2003; Ansell; Gash, 2008; Oehr; Zimmerman, 2012; De Vries; Nemec, 2013; Maia; Correia, 2022), enquanto as teorias dos ciclos políticos destacam como as motivações eleitorais do incumbente podem influenciar as políticas públicas no intuito de permanecer no cargo (Nordhaus, 1975; Rogoff; Sibert, 1988; Rogoff, 1990; Persson; Tabellini, 2012; Hibbs, 1977; Alesina, 1987).

Acontece que, no contexto municipal brasileiro, a legislação eleitoral (Cf. Lei Federal n° 9.504/97 - Lei das Eleições) e a LRF, impõem uma série de barreiras à manipulação das

despesas. A Lei das Eleições proíbe a distribuição gratuita de bens, a contratação de shows artísticos e a realização de publicidade institucional nos meses que antecedem as eleições, exceto em casos de emergência. A LRF, por sua vez, impede a criação de despesas sem previsão orçamentária, a contratação de obrigações financeiras nos últimos meses do mandato sem disponibilidade de caixa, e a concessão de benefícios fiscais sem compensação financeira. Nesse cenário de restrições eleitorais e imposição para manutenção do equilíbrio fiscal, a manipulação das despesas estaria centrada em itens "visíveis" e apreciados pelo eleitorado (Klein; Sakurai, 2015), o que corrobora a teoria de Rogoff (1990).

Nesse contexto, além de itens como estradas e obras de infraestrutura (Klein; Sakurai, 2015), a adoção de boas práticas de governança, mensuradas através do IGM-CFA, também pode influenciar positivamente o resultado eleitoral, conforme apontam estudos como os de Rodrigues e Rodrigues (2019) e Oliveira (2022). A relação entre as teorias dos ciclos políticos e o IGM-CFA, portanto, sugere que, considerando que a adoção de boas práticas de governança pública pode também maximizar as chances de reeleição dos políticos incumbentes, tais práticas deveriam ser perseguidas como forma de demonstração de competência para o eleitorado.

Assim, este estudo propõe analisar a relação entre o desempenho dos municípios pernambucanos no IGM-CFA, incluindo suas três dimensões (Finanças, Gestão e Desempenho), e a reeleição dos prefeitos no Estado de Pernambuco.

## 2.5 FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES

A literatura, ainda que incipiente, sugere que boas práticas de governança influenciam de forma significativa a probabilidade de reeleição do prefeito. Segundo Rodrigues e Rodrigues (2019), embora a possibilidade de concorrer à reeleição não seja um fator que incentive diretamente a adoção de práticas de governança, quando essas práticas são implementadas, o político em exercício tende a ser recompensado pelo eleitorado por meio do voto. De maneira semelhante, o estudo de Oliveira (2022) reforça a ideia de que o eleitorado tende a premiar, com seu voto, a adoção de boas práticas de governança.

Ao mesmo tempo, a literatura sobre ciclos políticos, com destaque para o trabalho de Rogoff (1990), indica que os eleitores tendem a reeleger governantes que demonstrem competência e apresentem resultados concretos, como a realização de obras de infraestrutura e a ampliação de serviços. O IGM-CFA, que avalia a governança municipal com base em três dimensões (Finanças, Gestão e Desempenho), oferece um indicador para mensurar esse

aspecto. Diante disso, é razoável supor que municípios com índices mais elevados no IGM-CFA tenham prefeitos com maior probabilidade de reeleição, conforme apontado pelos estudos citados. Assim, a primeira hipótese desta pesquisa é a seguinte:

H1: A variação positiva do desempenho do IGM-CFA, no período do mandato, aumenta as chances de reeleição.

Não obstante a escassez de estudos que relacionem diretamente a governança pública à reeleição, a literatura especializada tem identificado fatores associados às práticas administrativas que compõem as dimensões do IGM-CFA. A transparência, por exemplo, tema abordado por Viana e Caldas (2018), encontra correspondência na dimensão Gestão, enquanto ações voltadas ao bem-estar social e à execução de obras visíveis, como demonstrado por Rocha, Araújo e Brunozi Júnior (2021), integram predominantemente a dimensão Desempenho. Já a dimensão Finanças está fortemente relacionada à capacidade de gestão fiscal, conforme evidenciam os estudos de Ó (2019) e Carvalho e Oliveira (2018). A qualidade da educação, por sua vez, analisada por Pieri (2011), também está diretamente vinculada à dimensão de Desempenho, em virtude do peso que os indicadores educacionais possuem na composição do índice.

A estrutura tripartite do IGM-CFA — Finanças, Gestão e Desempenho — oferece uma métrica abrangente e validada para aferir a eficácia da administração pública local. A dimensão Finanças captura a responsabilidade na gestão dos recursos públicos e a sustentabilidade fiscal; a dimensão Gestão reflete a capacidade administrativa, incluindo aspectos como planejamento, controle interno e transparência; e a dimensão Desempenho mensura resultados concretos em áreas essenciais como saúde, educação, infraestrutura e segurança, cuja percepção direta pelo cidadão tende a influenciar seu comportamento eleitoral.

Importa destacar que não apenas os níveis absolutos dessas dimensões são relevantes, mas, sobretudo, as variações positivas ao longo do mandato. Uma elevação na dimensão Finanças pode indicar maior controle orçamentário e aumento da capacidade de investimento; na dimensão Gestão, pode demonstrar aprimoramento dos processos administrativos e maior eficiência na alocação de recursos; já na dimensão Desempenho, o crescimento tende a evidenciar a efetividade das políticas públicas em áreas prioritárias. Tais progressos são frequentemente percebidos pelos eleitores como sinais de compromisso e competência do gestor, como argumentam Rocha, Araújo e Brunozi Júnior (2021), ao apontarem a importância de entregas tangíveis para o sucesso eleitoral.

Nesse contexto, a hipótese H2 que propõe que a variação positiva das dimensões do IGM-CFA, durante o mandato, aumenta as chances de reeleição, encontra suporte nos resultados apresentados por Oliveira (2022). Em seu estudo, a autora demonstra que prefeitos de municípios com índices mais elevados de governança municipal tiveram maior probabilidade de reeleição, especialmente quando houve uma melhoria significativa no IGM ao longo do mandato. Esse resultado sugere que os eleitores reconhecem e recompensam esforços de melhoria contínua, mas ainda não foram mensurados os efeitos das dimensões de forma individualizada tal como propomos. Portanto, é razoável supor que a variação positiva nas três dimensões do IGM-CFA ao longo do mandato aumente as chances de reeleição. Dessa forma, a segunda hipótese desta pesquisa é a seguinte:

H2: A variação positiva nas dimensões do IGM-CFA (Finanças, Gestão e Desempenho), no período do mandato, aumenta as chances de reeleição.

Adicionalmente, na testagem das hipóteses formuladas, serão incorporadas duas variáveis explicativas: uma de natureza socioeconômica — o PIB *per capita* — e outra de caráter demográfico — o tamanho da população municipal. A inclusão dessas variáveis justifica-se pela relevância teórica e empírica desses fatores na determinação da qualidade da governança pública e nos desfechos eleitorais, conforme evidenciado por estudos prévios. Rodrigues e Rodrigues (2019), por exemplo, apontam que municípios com maior renda e população tendem a apresentar melhores indicadores de governança, embora o aumento populacional esteja associado a uma menor probabilidade de reeleição dos prefeitos. De forma complementar, Tavares *et al*. (2018) argumentam que a densidade populacional pode impactar positivamente a eficácia governamental. Em sentido diverso, Araújo Júnior, Cançado e Shikida (2005) sugerem que níveis mais elevados de PIB per capita podem representar um entrave à reeleição, possivelmente em razão de um eleitorado mais informado e exigente.

A introdução dessas variáveis permite, portanto, controlar os efeitos do contexto socioeconômico e demográfico dos municípios sobre a probabilidade de reeleição, isolando, de maneira mais precisa, o impacto específico das dimensões do IGM-CFA sobre esse desfecho eleitoral. No Quadro 1 são apresentados ambas as hipóteses e respectivos aspectos abordados.

**Quadro 1** - Resumo das hipóteses

| Aspecto | Hipótese H1 | Hipótese H2 |
|---|---|---|
| Formulação | A variação positiva do desempenho geral do IGM-CFA no mandato aumenta as chances de reeleição. | A variação positiva nas dimensões específicas do IGM-CFA (Finanças, Gestão e Desempenho) no período do mandato aumenta as chances de reeleição. |
| Foco Analítico | Índice geral agregado do IGM-CFA | Dimensões do IGM-CFA |
| Unidade de análise | Variação do IGM-CFA total | Variação das dimensões: Finanças, Gestão e Desempenho |
| Suposição central | Melhoria global na governança municipal influencia o comportamento eleitoral | Avanços específicos em áreas-chave da gestão influenciam distintamente o comportamento eleitoral. |
| Contribuição esperada | Confirma se o desempenho geral em governança impacta a reeleição. | Permite identificar quais aspectos específicos da governança mais influenciam a reeleição. |
| Aplicação metodológica | Análise da variação do IGM entre início e fim do mandato. | Análise da variação de cada dimensão do IGM entre início e fim do mandato. |
| Potencial para formulação de políticas | Orientações gerais sobre o fortalecimento da governança municipal. | Direcionamento mais específico sobre onde investir esforços de gestão. |

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

# 3 METODOLOGIA

Conforme classificação de Gil (2019), esta pesquisa pode ser caracterizada metodologicamente como um estudo quantitativo *ex-post facto*, haja vista que utilizará dados numéricos e técnicas estatísticas para analisar a influência do desempenho na governança pública municipal na reeleição dos prefeitos no Estado de Pernambuco.

Quanto ao objetivo da pesquisa, ela é caracterizada como descritiva (Gil, 2019), na medida em que busca descrever o desempenho dos municípios de Pernambuco em termos de governança pública, utilizando o IGM-CFA; e explicativa, buscando elucidar como o IGM-CFA, suas dimensões e indicadores influenciam a reeleição dos prefeitos, investigando a relação entre essas variáveis.

O método utilizado é o hipotético-dedutivo, o qual envolve a formulação de hipóteses com base em teorias existentes, seguida pela dedução de consequências observáveis que podem ser testadas empiricamente (Gil, 2019). No caso desta pesquisa, parte-se da hipótese de que o melhor desempenho na governança pública municipal, medida pelo IGM-CFA, influencia a reeleição dos prefeitos. A partir dessa hipótese, deduz-se que melhores práticas de governança, nas dimensões de Finanças, Gestão e Desempenho, podem estar associadas à reeleição de prefeitos. Para testar empiricamente essa relação, a pesquisa coletou dados sobre o IGM-CFA e os resultados eleitorais dos municípios de Pernambuco.

Além disso, é aplicada, pois busca contribuir para resolver problemas práticos e gerar conhecimento que possa ser utilizado diretamente para a melhoria de processos ou práticas na administração pública (Gil, 2019). No caso em apreço, havendo influência entre o IGM-CFA e a reeleição dos prefeitos, o estudo pode fornecer contribuições práticas significativas. Nesse cenário, os prefeitos poderiam utilizar as dimensões do IGM-CFA (Finanças, Gestão e Desempenho) como ferramentas para aprimorar práticas de governança que são reconhecidas positivamente pelos eleitores. Isso pode incentivar os gestores a adotarem uma abordagem mais estratégica e eficiente, priorizando a governança de longo prazo e a transparência, ao invés de práticas populistas e de curto prazo. Além disso, os resultados podem orientar políticas públicas que incentivem a adoção dessas boas práticas de governança em outros municípios, promovendo uma administração pública mais eficiente e responsável. De outro modo, não havendo influência significativa entre as variáveis, a promoção de boas práticas de governança pública continua a ser considerada um caminho para a gestão pública responsável.

## 3.1 DEFINIÇÃO DE VARIÁVEIS E COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada a partir de fontes secundárias, utilizando bases de dados públicas. Os dados do IGM-CFA serão obtidos diretamente do site do CFA por meio do acesso exclusivo disponível para pessoas registradas nos CRAs. Os resultados eleitorais dos municípios de Pernambuco serão coletados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que mantém um banco de dados com os resultados das eleições municipais.

Com relação aos resultados eleitorais, foram identificados os municípios onde, no ano de 2020, o prefeito ocupante do cargo ainda poderia concorrer à reeleição e de fato tenha se candidatado, excluindo os demais do trabalho. Em seguida, será feita individualização dos municípios onde houve sucesso na reeleição e daqueles em que o incumbente não logrou êxito. O mesmo procedimento foi replicado com relação às eleições do ano de 2024.

Já no que diz respeito aos dados do IGM-CFA, foram extraídos os índices relativos aos anos de 2017 a 2024, compreendendo justamente os dois mandatos em análise. Ou seja, os dados referidos serão capazes de expor a ascendência ou descendência do índice ao longo do mandato, até a efetiva reeleição em ambos os ciclos. A coleta foi realizada em setembro de 2024 através do acesso exclusivo disponibilizado pelo CFA para pessoas físicas ou jurídicas registradas nos CRAs.

Para fins de análise, a variação do desempenho geral no IGM-CFA e de cada uma de suas dimensões (Finanças, Gestão e Desempenho) em cada ciclo eleitoral será calculada pela diferença entre o valor no último ano do mandato e o valor no primeiro ano, conforme as seguintes fórmulas:

- Ciclo 2017–2020:

  $\Delta\ \text{IGM} = \text{IGM}_{(2020)} - \text{IGM}_{(2017)}$

  $\Delta\ \text{Finanças} = \text{Fin}_{(2020)} - \text{Fin}_{(2017)}$

  $\Delta\ \text{Gestão} = \text{Ges}_{(2020)} - \text{Ges}_{(2017)}$

  $\Delta\ \text{Desempenho} = \text{Des}_{(2020)} - \text{Des}_{(2017)}$

- Ciclo 2021–2024:

  $\Delta\ \text{IGM} = \text{IGM}_{(2024)} - \text{IGM}_{(2021)}$

  $\Delta\ \text{Finanças} = \text{Fin}_{(2024)} - \text{Fin}_{(2021)}$

  $\Delta\ \text{Gestão} = \text{Ges}_{(2024)} - \text{Ges}_{(2021)}$

  $\Delta\ \text{Desempenho} = \text{Des}_{(2024)} - \text{Des}_{(2021)}$

Essas variáveis de variação (Δ) servirão como principais preditores nos modelos de regressão logística para avaliar a influência da evolução da governança pública municipal — tanto em nível agregado quanto por dimensão — sobre a probabilidade de reeleição dos prefeitos.

## 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população do estudo compreende todos os municípios do Estado de Pernambuco nos quais o incumbente se candidatou à reeleição no ano de 2020 e no ano de 2024. A amostra foi composta pelos municípios que possuem dados disponíveis tanto no IGM-CFA quanto nos resultados eleitorais em ambos os anos.

Para organizar os dados relacionados às eleições municipais, adotamos uma divisão por período de mandato, abrangendo dois ciclos eleitorais: 2017/2020 e 2021/2024. No primeiro ciclo, identificamos os prefeitos eleitos no pleito de 2016 e, em seguida, aqueles que estavam aptos e de fato se candidataram à reeleição em 2020. Esse processo resultou em um total de 112 cidades analisadas. No segundo ciclo, seguimos o mesmo procedimento: identificamos os prefeitos eleitos em 2020 e, posteriormente, aqueles que poderiam e efetivamente se candidataram à reeleição em 2024, totalizando 87 cidades.

Em ambos os ciclos foi feita conferência acerca da disponibilidade das notas do IGM-CFA, não havendo nenhuma lacuna de dados nesse aspecto. Dessa forma, foram mantidas as amostras dos dois ciclos em análise.

A escolha de Pernambuco como foco do estudo se justifica pelo fato de, sendo o segundo maior colégio eleitoral e possuindo o segundo maior PIB da região Nordeste, oferece um ambiente rico para a análise do tema. O papel do TCE-PE na promoção de práticas de governança pública também justifica a escolha do estado como objeto de estudo.

## 3.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados da presente pesquisa foi estruturada em duas etapas complementares: uma análise descritiva inicial, voltada à caracterização geral dos municípios em termos de desempenho em governança e resultados eleitorais; e uma análise inferencial, por meio de regressões logísticas, com o objetivo de testar empiricamente as hipóteses formuladas.

### 3.3.1 Análise Descritiva

Inicialmente, será realizada uma análise descritiva dos dados para caracterizar o desempenho dos municípios em termos de governança pública e os resultados eleitorais. Serão calculadas medidas de tendência central e dispersão para as variáveis de interesse.

### 3.3.2 Análise de Regressão

Na segunda etapa, adotou-se a técnica de regressão logística binária, considerada adequada para modelar relações entre variáveis independentes contínuas ou categóricas e uma variável dependente dicotômica (Gil, 2019) — no caso, a reeleição do prefeito (reeleito = 1; não reeleito = 0). As variáveis independentes utilizadas nos modelos incluíram a variação ao longo do mandato do IGM-CFA e das suas três dimensões (Finanças, Gestão e Desempenho), bem como variáveis de controle, como o PIB per capita e o tamanho da população municipal.

Os modelos de regressão foram estimados separadamente para os ciclos eleitorais de 2020 e 2024, permitindo avaliar se os efeitos das práticas de governança pública sobre a reeleição se mantiveram consistentes entre os dois períodos.

A seleção da regressão logística se justifica, além da natureza binária da variável dependente, pela sua ampla utilização em estudos nas áreas de ciência política, administração pública e políticas públicas, permitindo avaliar a magnitude e a significância estatística das associações entre os indicadores de governança e a reeleição (Araújo Júnior; Cançado; Shikida, 2005; Klein, 2010; Dias; Nossa; Monte-Mor, 2018; Strobl, 2021; Bezerra Filho; Gondinho, 2021). Adicionalmente, foram aplicados testes estatísticos como o teste de Hosmer e Lemeshow (2000) para verificar a qualidade do ajuste dos modelos e o pseudo $R^2$ de Nagelkerke para estimar a proporção da variabilidade da variável dependente explicada pelos modelos (Fernandes *et al.*, 2020).

Essa abordagem analítica visa não apenas identificar se há relação entre governança e reeleição, mas também compreender quais dimensões específicas da gestão pública municipal apresentam maior poder explicativo sobre os desfechos eleitorais. Espera-se, com isso, oferecer evidências empíricas que contribuam tanto para o debate acadêmico quanto para a formulação de políticas públicas voltadas ao aprimoramento da administração local e à qualificação da democracia representativa.

## 3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Apesar da relevância e da consistência metodológica desta investigação, algumas limitações de natureza técnica e estrutural, particularmente relacionadas às fontes de dados utilizadas, devem ser mencionadas. Em primeiro lugar, há restrições quanto à atualização e tempestividade dos dados que compõem o IGM-CFA. O índice é atualizado anualmente, mas os dados que o alimentam frequentemente derivam de exercícios anteriores, com defasagem de até dois anos em alguns casos, a depender da base de origem (como IBGE, STN, DATASUS e PNUD). Essa defasagem compromete a precisão temporal das análises, especialmente quando se busca identificar variações durante um mandato e seus efeitos sobre a decisão do eleitorado em momentos eleitorais específicos.

Por outro lado, essa defasagem não compromete a validade da utilização do IGM-CFA, especialmente quando se considera sua estabilidade metodológica e consistência ao longo do tempo. O índice mantém uma estrutura uniforme de avaliação dos municípios, o que permite comparações válidas entre diferentes ciclos e análises longitudinais confiáveis. Além disso, sua atualização anual, mesmo com dados defasados, assegura certa previsibilidade e continuidade na mensuração da governança municipal, o que o torna um instrumento robusto para estudos que investigam padrões estruturais de desempenho institucional e seus possíveis reflexos sobre o comportamento eleitoral.

Além disso, a composição do IGM-CFA depende de informações declaradas ou compiladas por órgãos públicos, o que pode gerar subnotificações, lacunas ou distorções estatísticas. Municípios com maior capacidade técnica tendem a alimentar os sistemas de informação de forma mais precisa e completa, enquanto localidades com menor estrutura administrativa podem apresentar dados inconsistentes, subestimados ou mesmo ausentes. Isso cria um viés estrutural que pode afetar comparações entre municípios e comprometer a fidedignidade do índice em retratar a real qualidade da governança (Marvão, 2024).

Por fim, é importante reconhecer que o IGM-CFA não abrange integralmente as dinâmicas político-administrativas que influenciam a governança municipal. Aspectos como o discurso político adotado pelos candidatos, por exemplo, ficam fora do escopo do índice. Estudos como o de Teles (2022) evidenciam essa lacuna ao considerar, entre as variáveis analisadas, a retórica de combate à corrupção, que pode exercer influência significativa sobre o comportamento eleitoral, mas não é capturada pelos indicadores do IGM-CFA.

Em conjunto, essas limitações devem ser consideradas para a interpretação dos resultados obtidos e indicam a importância de que pesquisas futuras combinem dados

quantitativos com informações qualitativas e contextuais, a fim de obter um retrato mais abrangente da governança pública e de sua influência nos resultados eleitorais.

## 3.5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A pesquisa será conduzida de acordo com os princípios éticos da pesquisa científica, garantindo a transparência e a integridade dos dados utilizados. Todos os dados coletados são de domínio público e serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos. Ademais, conforme disposto no artigo 1°, parágrafo único, inciso II da Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, é dispensado o registro e não serão avaliadas pelo sistema CEP/CONEP[2] pesquisas que utilizem informações de acesso público, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

[2] Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

# 4 RESULTADOS

Este capítulo analisa o desempenho dos municípios pernambucanos no IGM-CFA e em suas dimensões — Finanças, Gestão e Desempenho —, relacionando-os às taxas de reeleição nos ciclos 2017–2020 e 2021–2024. A análise descritiva revela que, embora tenha havido aumento no percentual de prefeitos reeleitos, cresceu também a proporção de municípios com queda nos indicadores de governança, sugerindo influência de fatores externos ao desempenho técnico da gestão.

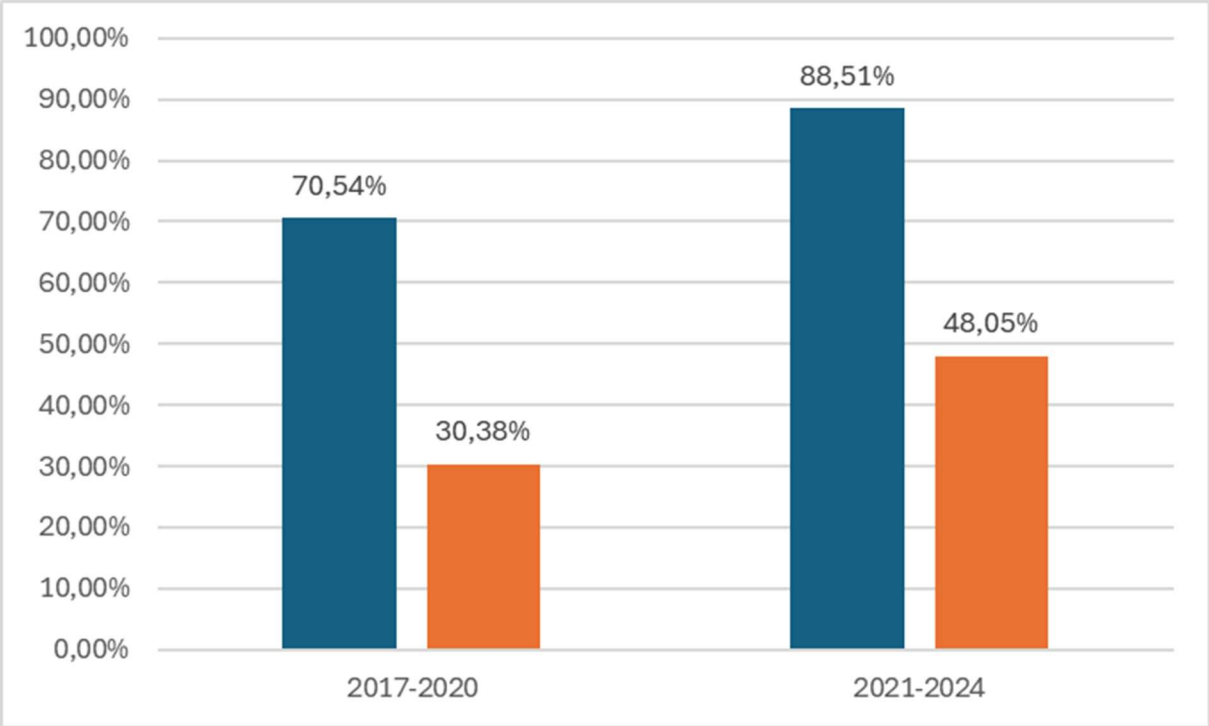
Modelos estatísticos testaram duas hipóteses: (H1) se a variação positiva do IGM-CFA aumenta a chance de reeleição, e (H2) se variações nas dimensões exercem esse efeito. No ciclo 2017–2020, observou-se impacto significativo do índice geral e da dimensão Finanças sobre a reeleição; já no ciclo 2021–2024, não houve efeito estatisticamente relevante.

## 4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DO IGM-CFA E SUAS DIMENSÕES

Conforme detalhado na seção metodológica (5.2), a amostra abrangeu municípios pernambucanos com dados completos do IGM-CFA e resultados eleitorais de 2020 e 2024, organizados em dois ciclos de mandato: 2017-2020 (prefeitos eleitos em 2016) e 2021-2024 (prefeitos eleitos em 2020). No primeiro ciclo, dos 112 municípios onde os prefeitos concorreram à reeleição, 79 (70,54%) tiveram sucesso. Dos reeleitos, 24 municípios (30,38% dos reeleitos) registraram variação negativa no IGM-CFA ao longo do mandato, indicando retrocesso nos índices de governança, enquanto os demais 55 (69,62%) mantiveram ou melhoraram seus indicadores.

No segundo ciclo, 87 municípios tiveram prefeitos que buscaram a reeleição, com 77 (88,51%) reconduzidos ao cargo. Dentre estes, 37 municípios (48,05% dos reeleitos) apresentaram queda no IGM-CFA, refletindo deterioração na governança, contra 40 (51,95%) que mantiveram ou avançaram nos indicadores. É o que se denota do Gráfico 01.

**Gráfico 1** - Desempenho no IGM-CFA dos municípios dos prefeitos reeleitos




Fonte: elaborado pelo autor (2025) com base nos dados do TSE e CFFA.

No Gráfico 1, as colunas azuis representam o percentual de sucesso dos incumbentes na tentativa de reeleição, enquanto as colunas laranjas indicam, entre os reeleitos, o percentual de municípios que registraram queda no IGM-CFA no respectivo ciclo. Observa-se que, embora a taxa de reeleição tenha aumentado de um ciclo para outro, também cresceu a proporção de quedas no índice, evidenciando uma assimetria que contraria as hipóteses iniciais.

A análise comparativa entre os ciclos revela duas tendências: primeiro, um aumento na taxa de reeleição (de 70,54% para 88,51%), apontando para maior número de prefeitos reeleitos no período de 2021-2024; segundo uma elevação de 58,16% na proporção de municípios com governança em declínio entre os reeleitos (de 30,38% para 48,05%). Esse paradoxo – maior sucesso eleitoral acompanhado de piora nos indicadores técnicos – aponta para uma possível desconexão entre desempenho na governança e a reeleição, levantando questões sobre fatores contextuais não mensurados, como estratégias de comunicação (Oliveira, 2022), visibilidade de obras (Rogoff, 1990; Rocha; Araújo; Brunozi Júnior, 2021) ou polarização política (Torres, 2017), que podem influenciar a decisão do eleitorado independentemente da qualidade técnica da gestão.

Já a análise do comportamento do IGM-CFA nos dois ciclos evidencia um crescimento moderado no desempenho médio dos municípios pernambucanos. No ciclo 2017–2020, a média

do IGM passou de 5,17 para 5,31, representando uma variação positiva de +0,14 pontos. Já no ciclo 2021–2024, essa média cresceu de 5,50 para 5,56, uma elevação mais tímida de +0,06 pontos. Em ambos os períodos, observou-se melhoria no valor mínimo: de 3,03 para 3,65 no primeiro ciclo (+0,62) e de 3,59 para 4,11 no segundo (+0,52), indicando avanços entre os municípios com desempenho mais baixo. No entanto, o valor máximo apresentou comportamentos distintos — houve queda no primeiro ciclo (de 6,92 para 6,80) e crescimento no segundo (de 7,06 para 7,45). As Tabelas 1 e 2 sintetizam os dados.

**Tabela 1** - IGM-CFA e suas dimensões no primeiro ciclo eleitoral (2017/2020)

| Variáveis preditoras | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão | CV |
|---|---|---|---|---|---|---|
| IGM_2017 | 112 | 3,032 | 6,923 | 5,16757 | 0,642034 | 12,4243 |
| GES_2017 | 112 | 2,118 | 8,161 | 5,41693 | 1,147495 | 21,1835 |
| FIN_2017 | 112 | 1,663 | 7,076 | 4,65437 | 1,251655 | 26,8920 |
| DES_2017 | 112 | 2,444 | 7,919 | 5,43142 | 0,963934 | 17,7474 |
| IGM_2018 | 112 | 3,819 | 6,912 | 5,3882 | 0,699543 | 12,9829 |
| GES_2018 | 112 | 2,969 | 8,038 | 5,66754 | 1,067432 | 18,8341 |
| FIN_2018 | 112 | 0,765 | 8,115 | 4,82419 | 1,431683 | 29,6772 |
| DES_2018 | 112 | 2,495 | 7,729 | 5,67291 | 0,945685 | 16,6702 |
| IGM_2019 | 112 | 3,425 | 6,712 | 5,255 | 0,609644 | 11,6012 |
| GES_2019 | 112 | 3,753 | 8,172 | 5,89547 | 1,019645 | 17,2954 |
| FIN_2019 | 112 | 1,131 | 7,729 | 4,49466 | 1,24663 | 27,7358 |
| DES_2019 | 112 | 2,183 | 7,915 | 5,37483 | 0,997599 | 18,5606 |
| IGM_2020 | 112 | 3,656 | 6,802 | 5,31172 | 0,675036 | 12,7084 |
| GES_2020 | 112 | 3,726 | 8,339 | 6,03742 | 0,955163 | 15,8207 |
| FIN_2020 | 112 | 2,336 | 7,485 | 4,66213 | 1,169817 | 25,0919 |
| DES_2020 | 112 | 1,868 | 7,463 | 5,23554 | 0,945809 | 18,0652 |

Fonte: elaborado pelo autor (2025) com base nos dados do IGM-CFA.

Passando à análise das dimensões, conforme Tabela 1, os dados do primeiro ciclo (2017–2020) demonstram que a dimensão Gestão apresentou crescimento expressivo. A média

aumentou de 5,42 em 2017 para 6,04 em 2020, com variação positiva também no valor mínimo (de 2,12 para 3,73) e no máximo (de 8,16 para 8,34). Com um coeficiente de variação de 15,82%, observa-se uma dispersão moderada, o que sugere desigualdades ainda presentes entre os municípios.

Em contraste, a dimensão Desempenho oscilou negativamente na média, passando de 5,43 para 5,24, com diminuições também no valor máximo (de 7,92 para 7,46) e no mínimo (de 2,44 para 1,87). A dimensão Finanças, por sua vez, manteve-se praticamente estável em termos médios (de 4,65 para 4,66), mas registrou melhoria nos extremos — mínimo passou de 1,66 para 2,34 e máximo de 7,08 para 7,49 — embora ainda com alta dispersão (Coeficiente de Variação - CV de 25,09%).

A análise dos dados relativos às dimensões no segundo ciclo (2021–2024), como será visto na Tabela 2, evidencia que a dimensão Gestão apresentou os resultados mais positivos. A média subiu de 6,29 em 2021 para 6,59 em 2024, com aumento também no valor mínimo (de 3,90 para 4,67) e no valor máximo (de 8,38 para 9,01), além de um coeficiente de variação relativamente baixo (12,97%), o que indica maior homogeneidade entre os municípios.

**Tabela 2** - IGM-CFA e suas dimensões no segundo ciclo eleitoral (2021/2024)

| Variáveis Preditoras | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão | CV |
|---|---|---|---|---|---|---|
| IGM_2021 | 87 | 3,59 | 7,06 | 5,50379 | 0,711839 | 12,9336 |
| GES_2021 | 87 | 3,9 | 8,38 | 6,28586 | 0,951659 | 15,1397 |
| FIN_2021 | 87 | 1,88 | 7,55 | 4,78115 | 1,318274 | 27,5723 |
| DES_2021 | 87 | 2,71 | 7,73 | 5,44391 | 1,040285 | 19,1092 |
| IGM_2022 | 87 | 4,204 | 7,113 | 5,6597 | 0,613077 | 10,8323 |
| GES_2022 | 87 | 4,942 | 8,422 | 6,77267 | 0,767343 | 11,3300 |
| FIN_2022 | 87 | 1,962 | 8,149 | 4,56308 | 1,178766 | 25,8327 |
| DES_2022 | 87 | 3,579 | 7,973 | 5,64343 | 0,916417 | 16,2387 |
| IGM_2023 | 87 | 4,15 | 7,05 | 5,65287 | 0,654226 | 11,5733 |
| GES_2023 | 87 | 4,85 | 8,95 | 6,61345 | 0,860782 | 13,0156 |
| FIN_2023 | 87 | 2,59 | 7,96 | 4,7854 | 1,168073 | 24,4091 |

| Variáveis Preditoras | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão | CV |
|---|---|---|---|---|---|---|
| DES_2023 | 87 | 2,81 | 7,67 | 5,56115 | 1,056418 | 18,9964 |
| IGM_2024 | 87 | 4,113 | 7,449 | 5,5653 | 0,684445 | 12,2984 |
| GES_2024 | 87 | 4,668 | 9,011 | 6,58771 | 0,854536 | 12,9717 |
| FIN_2024 | 87 | 2,592 | 7,813 | 4,77885 | 1,136488 | 23,7816 |
| DES_2024 | 87 | 3,136 | 7,395 | 5,32921 | 1,08944 | 20,4428 |

Fonte: elaborado pelo autor (2025) com base nos dados do IGM-CFA.

Em contrapartida, a dimensão Desempenho apresentou queda de 5,44 para 5,33 na média entre 2021 e 2024, com redução do valor máximo (de 7,73 para 7,40) e aumento do mínimo (de 2,71 para 3,14). A dimensão Finanças, por sua vez, manteve praticamente a média (4,78 em ambos os anos), embora tenha melhorado nos extremos (mínimo de 1,88 para 2,59 e máximo de 7,55 para 7,81), segue com alta dispersão (CV de 23,78%).

A análise da variação do IGM-CFA no primeiro ciclo (2017–2020), conforme demonstra a Tabela 3, mostra um crescimento médio de 0,14 pontos no índice agregado, com variações que vão de –1,59 até +1,19 pontos. O desvio padrão de 0,53 evidencia uma dispersão entre os municípios, com desempenhos bastante distintos ao longo do período. Embora a média positiva sinalize um leve avanço geral, a amplitude dos resultados mostra que esse avanço não foi uniforme.

Entre as dimensões do índice, a Gestão foi a que registrou o maior crescimento médio, com variação média de +0,62, valores entre –1,48 e +2,99, e desvio padrão de 0,95. Já a dimensão Finanças, na média, se manteve estável, com variação média de +0,00776, oscilando de –1,97 a +2,79. A dimensão Desempenho apresentou média negativa de -0,20, variação de -3,40 a +1,98 e desvio padrão de 0,80, indicando queda em boa parte dos municípios (57,14%). Ou seja, o desvio padrão aliado à amplitude da variação (de –3,40 a +1,98) indica heterogeneidade entre os municípios. Isso sugere que, enquanto alguns poucos conseguiram avanços, a maioria registrou quedas relevantes, puxando a média para –0,20. Os dados sugerem, portanto, que o primeiro ciclo foi marcado por avanços localizados, com destaque para a dimensão Gestão, e desempenhos díspares nas demais áreas analisadas.

**Tabela 3** - Variação do IGM-CFA e suas dimensões no primeiro ciclo eleitoral (2017/2020)

| Variáveis preditoras | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão |
|---|---|---|---|---|---|
| IGM_VAR | 112 | -1,592 | 1,194 | 0,14415 | 0,529659 |
| GES_VAR | 112 | -1,48 | 2,99 | 0,62049 | 0,948119 |
| FIN_VAR | 112 | -1,969 | 2,793 | 0,00776 | 0,780171 |
| DES_VAR | 112 | -3,399 | 1,982 | -0,19587 | 0,799818 |

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

A análise da variação do IGM-CFA e de suas dimensões durante o segundo ciclo (2021–2024), conforme Tabela 4, evidencia um cenário de melhorias pontuais de desigualdades entre os municípios pernambucanos avaliados. O índice teve uma variação média positiva de apenas 0,06 pontos, com valores oscilando entre –1,38 e +2,05. O desvio padrão de 0,68 sugere dispersão relevante dos resultados, revelando que os ganhos não foram homogêneos, e que uma parte considerável (48,28%) dos municípios sofreu retrocessos em sua governança.

Entre as dimensões analisadas, a Gestão foi a que apresentou a melhor evolução, com variação média de +0,30, chegando a avanços de até +2,54 pontos, ainda que com quedas de até –1,55 em alguns casos e desvio padrão de 0,90; demonstrando que a melhoria institucional ocorreu de forma assimétrica. Em contrapartida, a dimensão Finanças revelou estagnação, com variação média praticamente nula (–0,0023), mas com maior amplitude entre as amostras (de –3,25 a +4,10), apontando para grandes diferenças individuais. A dimensão Desempenho teve variação média negativa (–0,11), com perdas que chegaram a –2,29.

**Tabela 4** - Variação do IGM-CFA e suas dimensões no segundo ciclo eleitoral (2021/2024)

| Variáveis preditoras | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão |
|---|---|---|---|---|---|
| IGM_VAR | 87 | -1,378 | 2,052 | 0,06151 | 0,680071 |
| GES_VAR | 87 | -1,553 | 2,543 | 0,30185 | 0,903694 |
| FIN_VAR | 87 | -3,254 | 4,099 | -0,0023 | 1,262775 |
| DES_VAR | 87 | -2,294 | 2,896 | -0,1147 | 1,059663 |

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

A comparação entre os ciclos de 2017–2020 e 2021–2024 do IGM-CFA nos municípios pernambucanos revela uma redução no ritmo de avanço da governança pública municipal ao longo do tempo. No primeiro ciclo, o índice geral apresentou variação média positiva de 0,14 pontos, contra apenas 0,06 no segundo ciclo, com menor dispersão entre os municípios. A dimensão Gestão também teve desempenho superior no primeiro ciclo (+0,62) em relação ao segundo (+0,30), indicando que os ganhos institucionais foram mais intensos no período inicial. Já a dimensão Finanças se manteve praticamente estável em ambos os ciclos, mas apresentou maior desigualdade no segundo, com crescimento expressivo do desvio padrão. A dimensão Desempenho, por sua vez, registrou queda média em ambos os ciclos, ainda que o declínio tenha sido ligeiramente menor no segundo ciclo (–0,11 frente a –0,20 no primeiro).

## 4.2 INFLUÊNCIA DO IGM NA REELEIÇÃO

Inicialmente se analisou a influência da variação do desempenho no IGM - CFA na reeleição dos prefeitos do Estado de Pernambuco nos dois ciclos eleitorais 2017/2020 e 2021/2024 (H1). Verificou-se se a variação do índice entre o início e o fim do mandato do político pode afetar a probabilidade de reeleição desse postulante. Para isso, foi criada a partir da subtração do IGM do último ano pelo IGM do primeiro ano do mandato (por exemplo, Δ IGM = IGM2020 - IGM2017). Esta análise visou verificar se a variação positiva do desempenho geral do IGM-CFA no mandato aumenta as chances de reeleição. A Tabela 5 revelou uma influência significativa ($p = 0,043$) e positiva da variação do IGM (período de 2017 a 2020) na reeleição de 2020. Conforme demonstrado na Tabela 5, a variação do IGM aumentou a probabilidade de reeleição em 127,2% ($Exp(\beta) – 1 \times 100$).

Com relação à adequação geral do modelo, o teste Hosmer e Lemeshow não significativo ($p = 0,524$) sugere que o modelo estimado é adequado porque é melhor que o modelo nulo (Hosmer; Lemeshow, 2000). E, conforme afirmam Hair Jr. *et al.* (2009), o ajuste do modelo logístico pode ser avaliado a partir de dois principais procedimentos: (1) o pseudo $R^2$ e (2) a capacidade preditiva do modelo. O pseudo $R^2$ de Nagelkerle revelou que as variáveis independentes são capazes de explicar a reeleição em 6,2% e a análise da sensibilidade e especificidade indicou que o modelo previu corretamente 94,3% dos casos de reeleição e apenas 3% dos casos de não reeleição, de modo que o modelo é confiável sobretudo para prever resultados positivos (reeleição).

**Tabela 5 -** Relação entre a variação do IGM 2017-2020 e a probabilidade de reeleição

| Variáveis Preditoras | β | Erro-padrão | Z Wald (Sig) | Exp (β) |
|---|---|---|---|---|
| Intercepto | 0,979 | 0,304 | 10,365 (0,001) | 2,661 |
| Δ IGM (2017-2020) | 0,821 | 0,407 | 4,077 (0,043) | 2,272 |
| População (2020) | 0,000 | 0,00 | 0,002 (0,968) | 1,000 |
| PIB (2020) | 0,000 | 0,00 | 0,864 (0,353) | 1,000 |

$R^2$ Nagelkerle: 0,062; Teste Hosmer e Lemeshow: 0,524; Sensibilidade: 94,9%; Especificidade: 3,0%.

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Com relação ao período de 2021 a 2024, também foi criada a variável Δ IGM (2021-2024) para representar a variação positiva ou negativa entre o início e o fim do período. Conforme demonstra a Tabela 6, não se verificou impacto da variação do IGM na reeleição de 2024. Portanto, a hipótese H1 foi suportada parcialmente, considerando que apenas na reeleição de 2020 houve influência significativa da variação do IGM.

**Tabela 6** - Relação entre a variação do IGM 2021-2024 e a probabilidade de reeleição

| Variáveis Preditoras | β | Erro-padrão | Z Wald (Sig) | Exp (β) |
|---|---|---|---|---|
| Intercepto | 1,609 | 0,794 | 4,103 (0,043) | 4,997 |
| Δ IGM (2021-2024) | -0,126 | 0,509 | 0,061 (0,805) | 0,882 |
| População (2024) | 0,000 | 0,00 | 0,633 (0,426) | 1,000 |
| PIB (2021) | 0,000 | 0,00 | 0,000 (0,983) | 1,000 |

$R^2$ Nagelkerle: 0,028; Teste Hosmer e Lemeshow: 0,749; Sensibilidade: 100%; Especificidade: 0%.

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

## 4.3 INFLUÊNCIA DAS DIMENSÕES DO IGM NA REELEIÇÃO

Para avaliar a hipótese H2, de que a variação positiva das Dimensões do IGM-CFA (Finanças, Gestão e Desempenho) no período do mandato aumenta as chances de reeleição, as dimensões do IGM foram incluídas no modelo. Verificou-se se a variação de cada dimensão do IGM entre o início e o fim do mandato do político pode afetar a probabilidade de reeleição desse postulante. A Tabela 7 revelou uma influência significativa ($p = 0,020$) e positiva da variação da dimensão Finanças (período de 2017 a 2020) na reeleição de 2020. Conforme demonstrado na Tabela 7, a variação dessa dimensão aumentou a probabilidade de reeleição em 115% (Exp(β) – 1 x 100).

**Tabela 7** - Relação entre a variação dimensões do IGM de 2017 a 2020 e a probabilidade de reeleição

| Variáveis Preditoras | β | Erro-padrão | Z Wald (Sig) | Exp (β) |
|---|---|---|---|---|
| Intercepto | 1,077 | 0,362 | 8,849 (0,003) | 2,935 |
| Δ Gestão (2017-2020) | 0,129 | 0,245 | 0,279 (0,597) | 1,138 |
| Δ Finanças (2017-2020) | 0,766 | 0,330 | 5,383 (0,020) | 2,150 |
| Δ Desempenho (2017-2020) | 0,197 | 0,284 | 0,480 (0,488) | 1,218 |
| População (2020) | 0,000 | 0,00 | 0,104 (0,747) | 1,000 |
| PIB (2020) | 0,000 | 0,00 | 0,387 (0,534) | 1,000 |

$R^2$ Nagelkerle: 0,100; Teste Hosmer e Lemeshow: 0,056; Sensibilidade: 94,9%; Especificidade: 3,0%.

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Com relação à adequação geral do modelo, o teste Hosmer e Lemeshow não significativo (p = 0,056) sugere que o modelo estimado é adequado porque é melhor que o modelo nulo (Hosmer; Lemeshow, 2000). Sobre o ajuste do modelo logístico, o pseudo $R^2$ de Nagelkerle revelou que as variáveis independentes são capazes de explicar a reeleição em 10% e a análise da sensibilidade e especificidade indicou que o modelo previu corretamente 94,9% dos casos de reeleição, mas previu corretamente apenas 3% dos casos de não reeleição, de modo que o modelo é confiável sobretudo para prever resultados positivos (reeleição).

Com relação ao período de 2021 e 2024, também foram criadas as variáveis de variação de cada dimensão. Conforme demonstra a Tabela 8, não se verificou influência da variação das dimensões do IGM na reeleição de 2024. Portanto, a hipótese H2 foi suportada parcialmente, considerando que apenas a variação na dimensão Finanças teve influência significativa na reeleição de 2020.

**Tabela 8** - Relação entre a variação dimensões do IGM de 2021 a 2024 e a probabilidade de reeleição

| Variáveis Preditoras | β | Erro-padrão | Z Wald (Sig) | Exp (β) |
|---|---|---|---|---|
| Intercepto | 1,775 | 0,822 | 4,662 (0,031) | 5,898 |
| Δ Gestão (2021-2024) | -0,249 | 0,379 | 0,430 (0,512) | 0,780 |
| Δ Finanças (2021-2024) | -0,038 | 0,276 | 0,019 (0,892) | 0,963 |
| Δ Desempenho (2021-2024) | 0,170 | 0,334 | 0,258 (0,612) | 1,185 |
| População (2024) | 0,000 | 0,00 | 0,703 (0,402) | 1,000 |
| PIB (2021) | 0,000 | 0,00 | 0,004 (0,949) | 1,000 |

$R^2$ Nagelkerle: 0,045; Teste Hosmer e Lemeshow: 0,799; Sensibilidade: 100%; Especificidade: 0%.

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

# 5 DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa realizada dialogam com achados significativos da literatura recente sobre governança pública e reeleição de prefeitos no Brasil, revelando confirmações parciais, contradições e pistas relevantes para o avanço do debate. A hipótese H1, que propõe que a variação positiva do IGM-CFA, ao longo do mandato, aumenta as chances de reeleição, foi parcialmente confirmada, com efeito estatisticamente significativo apenas no ciclo 2017–2020. Esse achado encontra respaldo nos resultados apresentados por Rodrigues e Rodrigues (2019), que também identificaram que prefeitos que adotam boas práticas de governança tendem a ser reeleitos, embora a possibilidade de reeleição não atue como fator indutor dessas práticas.

A hipótese H2, por sua vez, foi também parcialmente confirmada, com destaque para a influência positiva da variação da dimensão Finanças (2017–2020). Tal constatação se alinha às conclusões de Teles (2022), que identificou uma relação positiva entre boas práticas de governança e a eficiência na gestão de recursos públicos, ressaltando que a sustentabilidade fiscal é elemento-chave da efetividade administrativa.

A disparidade de resultado entre os ciclos pode ter sido influenciada pelas medidas de enfrentamento à pandemia de COVID-19, que impactaram diretamente os Municípios. A Lei Complementar nº 173/2020, por exemplo, impôs restrições significativas aos Municípios durante o período de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, como contrapartida ao auxílio financeiro recebido da União para enfrentamento da pandemia da COVID-19. Entre as principais consequências, destaca-se a proibição de conceder aumentos salariais, criar cargos, alterar estruturas de carreira, contratar pessoal e realizar concursos públicos, salvo para reposição de vacâncias ou contratações temporárias essenciais. Também ficaram vedadas a concessão da revisão geral anual (RGA) e a contagem de tempo para fins de adicionais por tempo de serviço, progressões e licenças.

A norma autorizou ainda a suspensão do pagamento de dívidas dos Municípios com a União e instituições financeiras federais e flexibilizou temporariamente exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, como limites de despesa com pessoal e geração de despesas obrigatórias, desde que relacionadas ao combate à pandemia. Tais medidas potencialmente impactaram todas as dimensões do índice, a exemplo das seguintes variáveis: a) Finanças: Autonomia, Investimentos, Liquidez, Gasto com pessoal, Gastos per capita em saúde, Gastos per capita em educação; b) Gestão: Planejamento da despesa, Captação de recursos, Servidores

per capita, Comissionados; c) Desempenho: Mortalidade infantil, Cobertura da Atenção básica, Cobertura vacinal, Abandono escolar, Taxa de distorção idade-série, Vulnerabilidade social.

Por outro lado, a Emenda Constitucional nº 119/2022 e o posicionamento do TCE-PE também geraram consequências importantes para os Municípios, especialmente no que diz respeito aos exercícios financeiros de 2020 e 2021, afetados pela pandemia da COVID-19. A principal implicação foi a não reprovação automática das contas municipais (e outros meios de responsabilização) pelo não cumprimento do percentual mínimo de 25% de aplicação em educação previsto no art. 212 da Constituição Federal. Com isso, os Municípios e gestores públicos que aplicaram percentuais inferiores, desde que justificadamente, não sofreram restrições legais. Além disso, o reconhecimento da atipicidade do exercício de 2020 e 2021 pelo TCE-PE também resultou na atenuação da responsabilização por inadimplências previdenciárias parciais, desde que vinculadas ao contexto emergencial da pandemia.

Conclui-se que a relação entre a variação positiva do IGM-CFA e a reeleição de prefeitos foi parcialmente confirmada, com evidência apenas no ciclo 2017–2020, e na dimensão Finanças. A análise sugere que o desempenho institucional, medido por esse índice, pode contribuir para a compreensão do fenômeno da reeleição, ainda que essa influência não se manifeste de forma uniforme entre os ciclos analisados. As restrições impostas pela Lei Complementar nº 173/2020, aliadas aos efeitos excepcionais da pandemia da COVID-19, interferiram diretamente na execução orçamentária e na gestão pública municipal, com possíveis consequências nas variáveis que compõem o IGM-CFA. Além disso, a flexibilização das exigências constitucionais promovida pela Emenda Constitucional nº 119/2022 e acolhida pelo TCE-PE reforça o caráter atípico do período analisado. Esses fatores ajudam a contextualizar os resultados obtidos e devem ser considerados na avaliação dos vínculos entre governança e desempenho eleitoral no âmbito municipal.

Mesmo nos casos em que os avanços na governança pública não se traduziram em maior probabilidade de reeleição, como ocorreu no ciclo 2021–2024, os estudos de Cichoski, Sehn e Mello (2019) e Teles (2022) reforçam que a boa governança continua sendo essencial para o fortalecimento da administração pública e da democracia. A governança promove *accountability*, transparência e controle social, criando as condições institucionais para que o interesse público prevaleça, independentemente de sua conversão em sucesso eleitoral imediato.

Desse modo, os achados desta pesquisa confirmam parcialmente a literatura e ampliam a compreensão sobre a influência da governança na reeleição, revelando a importância de

analisar não apenas o nível agregado de desempenho, mas sobretudo suas variações ao longo do tempo e suas manifestações concretas nas práticas administrativas municipais.

# 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal analisar a influência da governança pública municipal, mensurada pela variação do IGM-CFA e das dimensões do índice, na reeleição dos prefeitos do Estado de Pernambuco. A investigação partiu da formulação de duas hipóteses centrais: H1, que previa que a variação positiva do desempenho geral do IGM-CFA no período do mandato aumenta as chances de reeleição; e H2, que postulava que a variação positiva das dimensões do IGM-CFA (Finanças, Gestão e Desempenho) no período do mandato aumenta as chances de reeleição.

Os resultados encontrados oferecem suporte parcial às hipóteses formuladas. Em relação à H1, foi identificada influência estatisticamente significativa da variação do IGM-CFA no período de 2017 a 2020, sobre a reeleição dos prefeitos em 2020, com aumento expressivo (127,2%) na chance de reeleição nos casos em que houve evolução positiva no índice ao longo do mandato. No entanto, esse efeito não se repetiu no ciclo 2021–2024, indicando que a associação entre desempenho em governança e reeleição pode ser sensível ao contexto político e institucional de cada pleito, com destaque para as possíveis implicações da pandemia de COVID-19 no período analisado. Quanto à hipótese H2, os dados revelaram que a variação da dimensão Finanças exerceu influência positiva na reeleição de 2020.

Já no ciclo de 2021-2024, tanto a hipótese H1 quanto a hipótese H2, não apresentaram confirmação estatisticamente significativa, diferentemente do verificado no ciclo 2017–2020, quando H1 foi parcialmente confirmada e H2 apresentou efeito positivo na dimensão Finanças. Aspectos como a pandemia de COVID-19, a Lei Complementar nº 173/2020 e a Emenda Constitucional nº 119/2022 não explicam a ausência de significância estatística, mas contextualizam o período analisado, marcado por circunstâncias atípicas que afetaram a gestão municipal e as variáveis do índice. Esses resultados indicam a necessidade de novas pesquisas em ciclos eleitorais menos excepcionais, a fim de verificar se a relação entre governança e desempenho eleitoral se mantém em condições de normalidade administrativa.

Esses achados reforçam a literatura que aponta para uma relação complexa entre governança pública e reeleição. De um lado, há evidências de que a boa governança — especialmente no campo fiscal — pode ser percebida e valorizada pelo eleitorado (Rodrigues; Rodrigues, 2019; Oliveira, 2022). De outro, a ausência de efeitos sistemáticos indica que essa relação não é uniforme nem garantida, sendo condicionada por fatores externos e conjunturais que podem afetar tanto a capacidade administrativa dos gestores quanto a percepção dos eleitores (Araújo; Neto; Lima, 2020). A ocorrência da pandemia de COVID-19, as restrições

impostas pela Lei Complementar nº 173/2020 e os efeitos normativos da Emenda Constitucional nº 119/2022 são exemplos de eventos extraordinários que podem ter interferido na influência da variação dos indicadores de governança na reeleição dos prefeitos.

Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se aprofundar a investigação sobre os efeitos da variação do IGM-CFA em diferentes ciclos eleitorais, com o objetivo de verificar a consistência dos resultados obtidos neste estudo, bem como daqueles apresentados por Rodrigues e Rodrigues (2019) e Oliveira (2022). A análise de ciclos posteriores, como o de 2025–2028, poderá esclarecer se a relação identificada entre desempenho em governança e reeleição é recorrente ou circunstancial, especialmente em contextos de maior estabilidade institucional, sem as interferências atípicas provocadas por eventos como a pandemia da COVID-19.

Além disso, estudos podem explorar com maior detalhamento as dimensões específicas do IGM-CFA (Finanças, Gestão e Desempenho), avaliando quais variáveis internas a cada uma têm maior peso no evento da reeleição. Investigações qualitativas, com uso de entrevistas ou estudos de caso, também podem contribuir para entender como a população percebe a atuação do gestor em termos de governança pública e se isso de fato influencia sua escolha eleitoral.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o escopo geográfico da análise, incorporem variáveis qualitativas (como grau de competitividade eleitoral, alinhamento partidário ou uso de redes sociais), e aprofundem o estudo dos efeitos de cada dimensão da governança sobre outros desfechos relevantes, como a qualidade dos serviços públicos, a arrecadação municipal ou a confiança do cidadão nas instituições.

## REFERÊNCIAS

ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. The **Quarterly Journal of Economics**, [*s. l.*], v. 102, n. 3, p. 651-678, 1987.

ALESINA, A.; COHEN, G. D.; ROUBINI, N. Electoral business cycle in industrial democracies. **European Journal of Political Economy**, [*s. l.*], v. 9, n. 1, p. 1–23, 1993.

ALESINA, A.; ROUBINI, N. Political cycles in OECD economies. **The review of economic studies**, [*s. l.*], v. 59, n. 4, p. 663-688, 1992.

ALT, J. E.; LASSEN, D. D. **The Political Budget Cycle is Where You Can't See It: Transparency and Fiscal Manipulation**. Copenhagen: University of Copenhagen, Economic Policy Research Unit (EPRU), 2005.

ANSELL, C.; GASH, A. Collaborative Governance in Theory and Practice. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 18, n. 4, p. 543–571, 2008.

ARAÚJO, F. A. S. de; NETO, P. de M. J.; LIMA, A. P. P. Qualidade da educação e probabilidade de reeleição: um estudo nos municípios do Ceará no ano de 2012. **Revista Controle - Doutrina e Artigos**, [*s. l.*], v. 18, n. 1, p. 122–150, 2020.

BELL, S.; HINDMOOR, A. The governance of public affairs. **Journal of Public Affairs**, [*s. l.*], v. 9, n. 2, p. 149–159, 2009.

BELL, S.; HINDMOOR, A.; MOLS, F. Persuasion as governance: a state-centric relational perspective. **Public Administration**, [*s. l.*], v. 88, n. 3, p. 851–870, 2010.

BEZERRA FILHO, J. E.; GONDINHO, S. B. Reeleição de prefeitos e gestão da alimentação escolar: uma avaliação de municípios brasileiros. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 21, n. 59, p. 1-22, 2021.

BITTENCOURT, I. M.; da SILVA, M. M.; da CRUZ, N. J. T. Governança Pública: Efetividade da Gestão dos Municípios Alagoanos à Luz do Igm-Cfa. **Revista FSA**, Teresina, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2021.

BOVAIRD, T. Public governance: balancing stakeholder power in a network society. **International Review of Administrative Sciences**, v. 71, n. 2, p. 217-228, 2005.

BRASIL. **Decreto n° 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm. Acesso em: Acesso em: 30 abril 2024.

BRASIL. **Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n° 01, de 10 de maio de 2016**. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/Gestao-de-Riscos/biblioteca/Normativos/instrucao-normativa-conjunta-no-1-de-10-de-maio-de-2016-imprensa-nacional.pdf/view. Acesso em: 30 abril 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: Acesso em: 30 abril 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: Acesso em: 30 abril 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União - TCU. **iESGo - perfil ESG (Environmental, Social and Governance)**. Brasília: TCU, 2023. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-de-governanca/levantamento-de-governanca.htm. Acesso em: 09 jun. 2024.

CÁRCABA, A.; ARRONDO, R.; GONZÁLEZ, E. Does good local governance improve subjective well-being? **European Research on Management and Business Economics**, [*s. l.*], v. 28, n. 2, p. 100192, 2022.

CARDOSO, A. L. R.; MARENCO, A. Nomeações políticas nos governos municipais e performance burocrática: avaliando o desempenho. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 360–380, 2020.

CARVALHO, W. Q.; OLIVEIRA, N. M. de. Gestão fiscal, desenvolvimento e eleição municipal: uma análise da região Nordeste entre 2006 e 2010. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 23, n. 49, p. 1-9, 2018.

CAVALCANTE, P.; PIRES, R. **Governança pública: construção de capacidades para a efetividade da ação governamental**. Nota Técnica, n. 24. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8581. Acesso em: 16 ago. 2025.

CICHOSKI, F. C. D. L.; SEHN, L. C., & MELLO, G. R. de. **Índice de governança municipal e práticas de governança eletrônica**: um estudo com os municípios do oeste do Paraná. *In*: Anais do 19º USP International Conference in Accounting. São Paulo: XIX USP ICA, 2019. Disponível em: https://congressousp.fipecafi.org/anais/19UspInternational/ArtigosDownload/1491.pdf. Acesso em: 11 ago. 2024.

CONCONI, P.; DEREMER, D. R.; KIRCHSTEIGER, G.; TRIMARCHI, L.; ZANARDI, M. Suspiciously timed trade disputes. **Journal of International Economics**, [*s. l.*], v. 105, p. 57–76, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **Diagnóstico Brasil IGM-CFA**. 2023. Disponível em: https://cfa.org.br/wp-content/uploads/2023/11/v2-Diagnostico_Brasil_IGM.pdf. Acesso em: 09 jun. 2024.

CRUZ, N. F.; MARQUES, R. C. **Índice de governança municipal:** utilidade e exequibilidade. *In:* 8º CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DESAFIOS E SOLUÇÕES, 2011. Algés: Instituto Nacional de Administração - INA, 2011. p. 218-234. Disponível em: http://hdl.handle.net/10782/581. Acesso em: 15 ago. 2024.

CUSTÓDIO, L. L. P.; MARTINS, M. de F. Municipal Governance Model Aligned with the Sdgs: Monitoring Proposal in Municipalities. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. e04888, 2024.

DE VRIES, M.; NEMEC, J. Public sector reform: an overview of recent literature and research on NPM and alternative paths. **International Journal of Public Sector Management**, [*s. l.*], v. 26, n. 1, p. 4-16, 2013.

DEMARCO, D. J. **Índices de gestão como instrumentos de avaliação e suporte técnico à administração municipal**. *In:* GRIN, E. J.; DEMARCO, D. J.; ABRUCIO, F. L. (org.). Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021. p. 573-620.

DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. The New Public Service: An Approach to Reform. **International Review of Public Administration**, [*s. l.*], v. 8, n. 1, p. 3–10, 2003.

DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. The new public service: Serving rather than steering. **Public administration review**, [*s. l.*], v. 60, n. 6, p. 549-559, 2000.

DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 65, n. 2, p. 135–150, abr. 1957.

DRAZEN, A. The Political Business Cycle after 25 Years. **NBER Macroeconomics Annual**, [*s. l.*], v. 15, p. 75–117, 2000.

EDWARDS, M.; HALLIGAN, J.; HORRIGAN, B.; NICOLL, G. **Public sector governance in Australia**. Canberra: ANU Press, 2012.

ENGLMAIER, F.; STOWASSER, T. Electoral Cycles in Savings Bank Lending. **Journal of the European Economic Association**, [*s. l.*], v. 15, n. 2, p. 296–354, 2017.

FERNANDES, A. A. T.; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; ROCHA, E. C. da; NASCIMENTO, W. da S. Leia este artigo se você quiser aprender regressão logística. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 28, n. 74, p. 1–20, 2020.

FORNASIER, M. de O.; FRANKLIN, S. Governance, rational choice and New Public Management (NPM): a general view (and some critics). **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 119, p. 327–362, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019.

GUIMARÃES, D. E. L.; SOARES, C.S.; SOUZA, A. M. O **Índice de Governança Municipal e a Influência da Escolaridade e da Experiência dos Prefeitos sob a perspectiva da Teoria do Capital Humano**. *In:* XLVI ENCONTRO DA ANPAD, 2022. Maringá: ANPAD, 2022. Disponível em: https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/1ca5c750a30312d1919ae6a4d636dcc4.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. de M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [*s. l.*], v. 7, n. 1, p. 73, 2005.

HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HIBBS, D. A. Partisan theory after fifteen years. **European Journal of Political Economy**, v. 8, n. 3, p. 361–373, 1992.

HIBBS, D. A. Political parties and macroeconomic policy. **American Political Science Reviews**, [*s. l.*], v. 71, n. 4, p. 1467-1487, 1977. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1961490?seq=1&cid=pdfreference#references_tab_contents. Acesso em: 19 ago. 2024.

HOOD, C. The "new public management" in the 1980s: Variations on a theme. **Accounting, Organizations and Society**, [*s. l.*], v. 20, n. 2, p. 93–109, 1995.

HOSMER JR, D. W.; LEMESHOW, S. **Applied logistic regression**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **O que é o PIB**. Produto Interno Bruto - PIB, 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php. Acesso em: 16 ago. 2024.

JANNUZZI, P. de M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.

JANNUZZI, P. de M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, [*s. l.*], v. 56, n. 2, p. 137-160, 2014.

JUNIOR, A. F. de A.; CANÇADO, P.; SHIKIDA, C. D. **Economics and Politics: O que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais** - 2000. Informe GEPEC, Toledo (PR), v. 9, n. 2, 2005. DOI: 10.48075/igepec.v9i2.305. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/305. Acesso em: 14 ago. 2024.

KICKERT, W. J. M. Public governance in the Netherlands: An alternative to Anglo-American "managerialism". **Public Administration**, v. 75, n. 4, p. 731–752, 1997.

KINZLER, É. C. de S.; MELLO, G. R. de. Influência do controle interno na efetividade da Governança Pública nos municípios paranaenses. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 22, p. e3389, 2023.

KLEIN, F. A. Incentivos da reeleição e ciclo político-orçamentário: evidência do Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 283 a 337, 2010. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6926. Acesso em: 14 ago. 2024.

KLEIN, F. A.; SAKURAI, S. N. Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. European **Journal of Political Economy**, [*s. l.*], v. 37, p. 21–36, 2015.

KLOMP, J.; DE HAAN, J. Political budget cycles and election outcomes. **Public Choice**, [*s. l.*], v. 157, n. 1, p. 245–267, 2013.

KLOMP, J.; DE HAAN, J. Election cycles in natural resource rents: Empirical evidence. **Journal of Development Economics**, [*s. l.*], v. 121, p. 79–93, 2016.

MAIA, T. S. V.; CORREIA, P. M. A. R. Desafios da implementação da nova gestão pública. **Lex Humana**, Petrópolis, v. 14, n. 2, p. 121–138, 2022.

MARVÃO, D. R. D. **Gestão pública, governança e controle externo: uma análise do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Palmas, 2024.

MATIAS-PEREIRA, J. Nova governança pública: evolução e transformações na administração pública. **Concilium**, [*s. l.*], v. 23, n. 15, p. 505–524, 2023.

MINK, M.; HAAN, J. de. Has the Stability and Growth Pact impeded political budget cycles in the European Union? **CESIFO**, [*s. l.*], n. 1532, p. 1-10, 2005.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). **Economia aplicada**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 3, p. 377–397, 2006.

NORDHAUS, W. D. The Political Business Cycle. **The Review of Economic Studies**, [*s. l.*], v. 42, n. 2, p. 169–190, 1975.

Ó, W. F. S. Q. **Eleições municipais: condicionantes da reeleição dos prefeitos nos municípios paraibanos**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Tecnologia em Gestão Pública) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Sumé-PB, 2019.

OEHR, T. F.; ZIMMERMANN, J. Accounting and the welfare state: The missing link. **Critical Perspectives on Accounting**, [*s. l.*], v. 23, n. 2, p. 134–152, 2012.

OLIVEIRA, A. A. **Discurso de combate à corrupção, governança e reeleição nos entes municipais**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2022.

OLIVEIRA, A. G. de; PISA, B. J. IGovP: índice de avaliação da governança pública - instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 5, p. 1263–1290, 2015.

PEREIRA, L. C. B. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 50, n. 4, p. 5-29, 2014.

PEREIRA, S. P. M.; CORREIA, P. M. A. R. Movimentos pós-nova gestão pública: o novo serviço público. **Lex Humana**, Petrópolis, v. 12, n. 1, p. 69-85, 2020.

PERNAMBUCO. Tribunal de Contas de Pernambuco - TCE-PE. **A Governança de TI**. Pernambuco: TCE, 2023. Disponível em: https://www.tcepe.tc.br/internet/index.php/sobre-o-igovti-tce-pe. Acesso em: 26 jul. 2025.

PERSSON, T.; TABELLINI, G. **Macroeconomic Policy, Credibility and Politics**. 1. ed. Amsterdam: Taylor & Francis, 2012.

PIERI, R. G. de. **Qualidade da educação traz votos? Um estudo sobre a importância do IDEB nas eleições municipais**. 2011. Dissertação de mestrado (Mestrado em Economia de Empresas) – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

PINTO, I. M. B.; SILVA, M. M. da; CRUZ, N. J. T. da. Governança pública: efetividade da gestão dos municípios alagoanos à luz do IGM-CFA. **Revista FSA**, Teresina, v. 18, n. 1, p. 1-9, 2021.

POSSETTI, A.; PALKOSKI FILHO, A.; GASQUES, S. M. Administração Pública no Brasil e o Índice CFA de Governança Municipal. **FESPPR Publica**, Paraná, v. 2, n. 3, p. 1-12, 2018.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271–1294, 2012.

RAMOS, S. S.; VIEIRA, K. M. Matriz LIMPE: proposta de ferramenta gerencial para mensuração da governança pública municipal. **Tecnologias de Administração e Contabilidade**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 30-53, 2015. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/36599/matriz-limpe--proposta-de-ferramenta-gerencial-para-mensuracao-da-governanca--publica-municipal/i/pt-br. Acesso em: 15 ago. 2024.

REZENDE, D. A.; GUAGLIARDI, J. A. Planejamentos municipais, gestão de prefeituras e tecnologia da informação: estudos de casos em pequenos municípios paranaenses. **Revista de Ciências da Administração**, Santa Catarina, v. 10, n. 22, p. 186–211, 2008.

ROCHA, T. C. da; ARAÚJO, J. M. de; BRUNOZI JÚNIOR, A. C. Budgetary, political and socioeconomic determinants of political-party succession: evidence of electoral behavior in brazilian municipalities. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 35–53, 2021.

RODRIGUES, A. de C.; RODRIGUES, S. B. Governança pública e reeleições municipais em Minas Gerais. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 12, n. 1, p. 1-22, 2019.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **The American Economic Review**, [*s. l.*], v. 80, n. 1, p. 21-26. 1990.

ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economic Studies**, [*s. l.*], v. 55, n. 1, p. 1-16. 1988.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347–369, 2009.

SHI, M.; SVENSSON, J. Political budget cycles: a review of recent developments. **Nordic Journal of Political Economy**, Chicago, v. 29, n. 1, p. 67-76, 2003.

SILVA, A. M. M. V. da; CÂNDIDO, G. A. Governança Pública Municipal: proposição para aplicação de um índice sintético. **RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, n. 1, 2023.

SILVA, L.; COSTA, C.; CASTRO, M.; ARAUJO, E. A Reeleição e a Eficiência dos Municípios Brasileiros Sob a Perspectiva da Teoria da Escolha Pública. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 15, n. 1, p. e2123, 2023.

SILVA, M. C. da; SOUZA, F. J. V. de; MARTINS, J. D. M.; CÂMARA, R. P. de B. Fatores explicativos da gestão fiscal em municípios brasileiros. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 17, n. 42, p. 26–37, 2020.

SILVA, R. de B. da; BORBA, J. A.; MIRANDA, R. G. de. Barômetro de risco da governança municipal: um modelo de avaliação com ênfase nas estruturas e práticas da controladoria interna. **Revista da CGU**, Brasília, v. 12, n. 21, p. 1-10, 2020.

STRONG, C. O. Tying One's Hand: The Effect of Fiscal Rules on the Political Business Cycle in Africa. **Journal of African Economies**, Oxford, v. 32, n. 4, p. 438–467, 2023.

TAVARES, A. F.; MACEDO, A.; FERNANDES, D.; TELES, F.; MOTA, L. F.; DA CRUZ, N. F.; MORENO, S. **Qualidade da governação local em Portugal**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018.

TELES, J. **Análise de regressão da relação existente entre a governança pública e a eficiência na gestão de recursos federais nos municípios brasileiros no ano de 2021**. 2022. Dissertação de mestrado (Mestrado profissional em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. **Estatísticas do eleitorado**. Eleitorado da eleição, 2023. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/home?session=6909030888247. Acesso em: 16 ago. 2024.

TORRES, M. H. Y. **E-rational voters: measuring the effects of internet and media freedom on the political budget cycle in a weak democracy**. 2017. Tese de Doutorado (Doutorado em Economia) – Universidad Autónoma de Nuevo León, México, 2017.

VASCONCELOS, R. D. de; FERREIRA JÚNIOR, S.; NOGUEIRA JUNIOR, R. P. A dinâmica da execução orçamentária federal do Brasil sob a ótica dos ciclos políticos eleitorais, 1985-2010. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 325–354, 2013.

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Does opportunism pay off? **Economics Letters**, [*s. l.*], v. 96, n. 2, p. 177–182, 2007a.

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Political business cycles at the municipal level. **Public Choice**, [*s. l.*], v. 131, n. 1, p. 45–64, 2007b.

VIANA, G. O.; CALDAS, O. V. **Transparência na Gestão Pública e sua Influência sobre os Resultados Eleitorais**. *In:* 9º Congresso Nacional de Administração e Contabilidade-AdCont, 2018, Rio de Janeiro. IX Congresso Nacional de Administração e Contabilidade-AdCont 2018. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Disponível em: http://adcont.net/index.php/adcont/adcont2018/paper/view/2975. Acesso em: 14 ago. 2024.